

Rita Guimarães Teixeira

Energia: dinâmicas de relacionamento da Rússia e da União Europeia e tipologia de poder

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, sob a orientação da
Professora Doutora Maria Raquel Freire e da Professora Teresa Cierco,
apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
Coimbra, 2011.



Rita Guimarães Teixeira

**Energia: dinâmicas de relacionamento da
Rússia e da União Europeia e tipologia
de poder**

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, sob a orientação da
Professora Doutora Raquel Freire e da Professora Teresa Cierco, apresentada na
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
Coimbra, 2011.

Resumo

Este trabalho analisa as relações UE – Rússia face ao sector energético, no período de 1990 até à actualidade. O principal objectivo é o de conjugar o modelo teórico construtivista com o estudo do diálogo energético entre estes actores, através da análise da energia sob diferentes tipos de poder. Além disso, analisa, dentro do Construtivismo, a componente discursiva como factor de validade do relacionamento da UE e da Rússia, na construção das suas identidades.

Palavras-chave: UE – Rússia – energia – Construtivismo – poder.

Abstract

This paper analyses the EU – Russian relations towards the energy sector, from 1990 till nowadays. It aims to combine the theoretical model of Constructivism with the case study of the energy dialogue between these two actors, through the analysis of energy by different types of power. Besides that, it analyses the speech in the Constructivism context as a key factor to validate the EU – Russia relationship towards the construction of its identities.

Key-words: EU – Russia – energy – Constructivism – power.

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo apoio incondicional, pelo incentivo que sempre me deram para os estudos e por me aconselharem sem pressões nem julgamentos. Sem eles não teria atingido os meus objectivos. Ao meu irmão e à restante família, pela disponibilidade, ajuda e conselhos sempre sábios.

À Professora Raquel Freire, por lhe ter tirado as noites de dormir, pelo seu apoio e ajuda constantes. À Professora Teresa Cierco, que sempre se demonstrou disponível e pronta para me ajudar. Ao Tenente Xavier Sousa, pela disponibilidade e incentivo incansáveis.

Ao Rui, por tanto ouvir falar de questões políticas de determinados países e conflitos adjacentes, e ainda assim se demonstrar solícito, e pelo apoio e incentivo incondicionais. Aos meus amigos, por se prontificarem a ajudar e a conversar.

Aos Professores do curso de Relações Internacionais, por toda a ajuda, ensino, dedicação e preparação que foram fulcrais para aquilo que hoje sei, compreendo e analiso enquanto cientista política.

Índice

Introdução	9
Capítulo I – Dimensão conceptual	15
1. Enquadramento teórico: análise construtivista	15
1.1. Estrutura e componente discursiva: sistema e entidades.....	20
1.2. Conceptualização do poder: génese e tipos constituintes	22
Capítulo II – Dinâmicas de relacionamento dos actores	28
1. Década de 1990 e a viragem nas relações UE – Rússia.....	28
1.1. Acordos energéticos: a criação da Carta Energética Europeia.....	41
1.2. O diálogo energético entre a UE e a Rússia	44
2. As relações UE – Rússia na actualidade	48
Capítulo III – A “Guerra das torneiras” e a arma energética	52
1. UE e a sua capacidade energética	52
1.1. O papel limitado da UE na energia	53
1.2. Uma UE fragmentada e dividida.....	55
1.3. A criação do Nord Stream, Nabucco e South Stream	58
1.3.1. O Projecto Nabucco	60
1.3.2. South Stream <i>Pipeline</i>	61
1.3.3. BTC: acesso e recursos da UE.....	63
2. A “bomba energética” russa.....	66
2.1. A relação Rússia – Bielorrússia	67
2.2. A disputa no relacionamento entre a Rússia e a Ucrânia	69
Conclusão	75
Anexos	80
Anexo I.....	81
Anexo II	82
Anexo III	83
Anexo IV	84
Anexo V	85
Bibliografia	86

*"You wanna be really great. Then have the courage to fail big and stick around.
Make them wonder why you're still smiling."*

Elizabethtown, 2005.

*"So tenderly your story is
nothing more than what you see
or what you've done or will become
standing strong do you belong"*

Gran Torino, 2008.

Lista de acrónimos

bcm – mil milhões de metros cúbicos

BTC – Oleoduto Baku-Tbilissi-Ceyhan

BTE – Gasoduto Baku-Tbilissi-Erzerum

EUA – Estados Unidos da América

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

RI – Relações Internacionais

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

Esta dissertação tem como objectivo analisar a energia sob diferentes tipos de poder, “hard power” e “soft power”, relativos à União Europeia (UE) e à Rússia, e a forma como a energia condiciona o comportamento dos Estados em questão, à luz da teoria construtivista. Utiliza-se a análise discursiva para comprovar que os padrões de comportamento, quer da UE, quer da Rússia, se interligam com os respectivos tipos de poder.

O conceito de energia ocupou, desde logo, um lugar primordial pela revolução económica e política que gerou. Resumidamente, a geração da energia remetia-se às fontes de petróleo, de carvão, de gás natural e de energia eléctrica. São fontes poluentes e não-renováveis (Henriques, 2003). O forte investimento de alguns Estados no sector da energia criou complementaridade em relação a outros que procuravam os recursos energéticos para desenvolver a sua economia. No ano de 1970 deu-se um período de crise capitalista, provocada pelo aumento dos preços do petróleo, que gerou conflitos e destabilização entre os Estados, sobretudo nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa, mais afectados pela crise (Henriques, 2003). O crescimento económico diminuiu drasticamente e a inflação subiu, dando lugar a uma recessão económica.

Actualmente, a questão energética é dos assuntos na agenda internacional que para além da dimensão económica que lhe está associada, apresenta uma dimensão securitária fundamental, objecto de maior conflitualidade, em alguns casos. Os países têm vindo a depender fortemente da produção e do consumo de

energias não renováveis, que continua a aumentar em larga escala, assim como a procura por parte dos países que delas dependem. Foram assim criados novos meios de transporte e redes de conduta energética que promovem maior eficiência na distribuição e visam permitir uma melhor gestão da relação procura oferta. Contudo, o crescimento do mercado em registo acelerado conduziu ao início do esgotamento dos recursos energéticos, problema que tem estado na agenda, bem como os aumentos excessivos no preço do petróleo que apontam para uma crise energética. Fala-se na produção doméstica, na dependência das importações e no seu grau de concentração por país e, por fim, na habilidade de encontrar alternativas de fornecimento numa eventual interrupção, como o caso da UE muito dependente da energia proveniente da Rússia.

Assim, a abordagem da questão energética é central nas Relações Internacionais (RI) actuais, um tema incontornável na compreensão do papel dos actores do sistema internacional, quer como facilitadores quer como obstáculo à implementação de medidas de cooperação que permitam maior segurança e estabilidade, pelas questões ambientais que são um problema a considerar, implícitas à exploração, produção e uso destes recursos.

Política energética no relacionamento UE - Rússia

A relação da Rússia com a União Europeia apresenta traços bastante definidos, resultado do quadro contextual em que as suas relações se têm desenvolvido, em particular no período pós-Guerra Fria, e pela gestão de questões implicadas no seu relacionamento. Os problemas associados a diferenças

profundas no entendimento relativo a algumas matérias com especial enfoque aqui para as questões energéticas, têm dificultado os laços que ambas têm procurado desenvolver e manter: a Europa, entre outros aspectos, por questões de alargamento e desenvolvimento das suas regiões, pelas dificuldades na articulação de uma política externa e de segurança comum, e pela vontade de se assumir como um actor internacional relevante; e a Rússia pela tentativa de redefinir o seu poder e recuperar o estatuto de grande potência, assumindo um papel forte e determinado e prosseguindo os seus interesses no sistema internacional.

Perante esta conjuntura, a Rússia pretende aumentar o seu poder no sistema internacional, entre outros, através da designada política energética que é compreendida como sendo um “processo de instrumentalização de energia, como forma de atingir interesses políticos, económicos e sociais”¹ (Hughes, 2006). Os atributos aplicáveis ao conceito de política energética são os elevados níveis de energia que a Rússia exporta para a Europa, e os dados de forte dependência energética que se confirmam acentuadamente ao longo dos tempos (International Energy Agency, 1999 p 18).

A instabilidade que se vive na zona geográfica da Eurásia², nomeadamente nas ex-repúblicas soviéticas, e as questões de segurança adjacentes à mesma, têm extrema relevância no âmbito desta análise. Tendo em conta este encadeamento de ideias, pretende-se demonstrar que a Rússia instrumentaliza a energia, ameaçando os Estados vizinhos dependentes do gás natural e petróleo russo.

¹ Tradução livre do autor.

² Área geográfica da Rússia mais a Europa.

O papel da UE é fulcral nesta análise enquanto um dos principais mercados para a energia russa, permitindo estudar a ameaça à segurança e a dependência energética para com a Rússia, e a instrumentalização da energia. No âmbito desta questão, o objectivo desta dissertação é o de analisar a energia sob diferentes tipos de poder, nomeadamente: “hard power” e “soft power” (Nye, 2004). Neste trabalho, a questão energética é perspectivada por estes dois tipos de poder para comprovar como a mesma é utilizada pela Rússia como meio para se definir como super potência, vincando a sua posição na cena internacional e influenciando o comportamento dos actores intervenientes. Além da UE e da Rússia, são aferidos na dissertação actores como a Ucrânia, a Bielorrússia e as ex-repúblicas soviéticas, a fim de analisar as influências russas e europeias nestas regiões.

A questão central à qual este trabalho de investigação irá responder é a de que modo é que a questão energética, vista pelo “hard power” russo e “soft power” europeu, determina o poder russo no sistema internacional, pondo em causa a segurança europeia. Tendo em conta que o tema em si é bastante complexo, a dimensão de análise foi restringida aos recursos do gás e do petróleo, nas suas componentes política, económica e de segurança. Entende-se segurança energética como a garantia da sustentabilidade e segurança, sendo que os países servem-se da energia a uma percentagem avassaladora (Baumann, 2008).

O contributo que esta dissertação visa trazer aos estudos nesta área é o de que a energia, analisada sob estes tipos de poder, é usada essencialmente para

afirmar a posição russa no sistema internacional, exercendo pressão sobre a europeia. Tendo isso em conta, a problemática que se apresenta reporta-se à forma como os diferentes tipos de poder permitem analisar a energia na relação entre a Rússia e os Estados europeus, uma problemática estudada através da teoria construtivista e da componente discursiva.

As hipóteses neste estudo são: Se a Rússia, através do “hard power, utiliza a energia para determinar o seu poder como Estado, então exerce influência sobre a Europa, seu principal cliente de gasodutos e oleodutos, e se a União Europeia, através do “soft power”, tem procurado alternativas à sua forte dependência de gás russo, então a Rússia corre riscos de perder o seu principal fornecedor.

Diversidade das referências bibliográficas

A bibliografia para este trabalho académico foi escolhida de forma imparcial, sendo bastante multifacetada. Para o estudo da teoria, Alexander Wendt foi o autor escolhido pela forma como aborda o construtivismo e pela sua introdução à análise discursiva. Relativamente aos discursos, estes foram escolhidos com base em relatórios de encontros oficiais, *statements* e outros que remetem para a discussão energética entre a Rússia e a UE. Apesar da complexidade do estudo do tema, pela informação diversa e complexidade de selecção da mesma, foi bastante significativa a recolha deste tipo de material primário. Na tese foram ainda usadas fontes secundárias variadas, e com pertinência clara para a temática em análise.

Estrutura da dissertação

No que respeita à estrutura da tese, o primeiro capítulo serve para analisar o modelo teórico e conceptual do objecto de investigação. Explica os conceitos e ideias base que se enquadram na estrutura prática da dissertação, mencionando ainda os actores que serão introduzidos ao longo da tese e os problemas que se levantam. O segundo capítulo centra-se nas relações entre a Rússia e a UE, desde 1990, as tensões que apresentam no sector energético e o seu relacionamento na actualidade e introduz a energia como o ponto de alteração das relações, através das questões de dependência e cooperação. Acrescenta-se, por fim, a este capítulo os acordos energéticos e os diálogos que foram estabelecidos entre a Rússia e a UE, para analisar a importância do campo energético para ambas as partes, e as linhas de planeamento de cada um dos actores perante esta problemática da energia. Por último, o terceiro capítulo analisa o discurso dos actores intervenientes, para identificar padrões de acção e explicar de que modo se verificaram oscilações nos discursos e actuação de cada um destes e como se enquadram na teoria analisada. O discurso serve para demonstrar a força da voz e a relevância política de cada um dos actores perante a questão energética, demonstrando que conceitos como o de segurança energética, e as noções de determinação e domínio regional estão a ganhar terreno. Na conclusão procuram-se sintetizar os principais resultados deste estudo.

Capítulo I – Dimensão conceptual

1. Enquadramento teórico: análise construtivista

Perante uma multiplicidade de teorias existentes na área específica de Relações Internacionais, o enquadramento teórico da dissertação segue a corrente construtivista. O estudo de um determinado objecto, em RI, requer um modelo teórico dentro do qual se possa enquadrar.

O Construtivismo surge no ano de 1989, aquando da publicação do livro de Nicholas Onuf, “World of Our Making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations” (Onuf, 1989), perante um contexto de definição contínua das relações entre os actores no sistema internacional, surgindo como uma terceira via entre as abordagens realista e liberal. A corrente liberal entende que nas RI, as instituições são as responsáveis por definir os interesses dos actores e, consequentemente, a identidade de cada um (Cravinho, 2002). Quanto à corrente realista, de uma forma diferente, entende que os Estados são os actores dominantes do sistema, preocupando-se com a definição das estruturas (Waltz, 2001) e a anarquia internacional é definida como a inexistência de um poder superior que regule e organize regras para os actores constituintes (Dougherty *et al.*, 2003). O Construtivismo separa o sistema anárquico das práticas que o sustentam, isto é, a lógica da anarquia é uma constante e as suas estruturas são constituídas por ideias e conhecimentos (Wendt, 1992). Wendt explica ainda que as forças materiais são independentes no sistema e que as idéias não têm de explicar tudo, mas as forças materiais têm efeito pela sua interacção com as ideias,

daí a importância do conhecimento, que depende da estrutura social dominante (Wendt, 1992). Assim, o mundo é socialmente construído.

Desta forma, perante uma tentativa de entender o mundo e a sociedade co-constituída, forma-se um modelo que defende a ideia de um mundo que não é predeterminado, e imposto, mas que nós construímos, podendo ser modificado dentro de alguns limites (Nogueira *et al.*, 2005).

Wendt foi o primeiro a definir que a realidade é socialmente construída, e as estruturas e as ideias são definidas e compartilhadas. Neste âmbito, a relevância das identidades e do poder são bastante significativos para explicar a construção social do mundo em que se vive. O autor focou-se sobretudo nos Estados, tendo sido bastante criticado, por ter posto de lado outros conceitos relevantes. Contudo, o autor definiu o papel dos Estados como defensores do interesse nacional, podendo modificar-se, consoante a definição das identidades que estavam na sua base (Nogueira *et al.*, 2005). Além disso, o comportamento destes actores, perante o sistema anárquico, tem como prioridade a interacção social entre os mesmos.

Neste contexto, os construtivistas defendem que as ideias e os valores que definem a relação do agente com o mundo são fulcrais para o conhecimento deste (Burchill *et al.*, 1996). Existem regras e normas que delineiam as RI e, por isso, definir que a anarquia é socialmente construída significa que as RI podem ser um espaço de conflito e cooperação em simultâneo. Se a anarquia é socialmente construída, então o sistema internacional pode variar entre conflito e cooperação (Nogueira *et al.*, 2005). Existe cooperação ou competição entre os agentes,

dependendo se os seus interesses e identidades conduzem à competição ou à cooperação.

Um dos conceitos centrais ao Construtivismo é o de identidade. Segundo o Construtivismo, a identidade é que define os interesses, e há uma aceitação de si próprio, ou não, pelo “outro” actor (Tsygankov, 2006). Wendt apresenta o conceito de identidade como sendo preciso, mas flexível ao ponto de lhe precederem os interesses, para entender o modo como estes são constituídos. As identidades funcionam, por isso, como ponto de união entre as estruturas e os interesses. São necessárias porque, ao definirem o actor, referem-se a um conjunto particular de interesses que dizem respeito à escolha de opções particulares, assegurando um nível mínimo de ordem (Hopf, 1998). Sem o conceito de identidade o mundo seria um completo caos, pior do que perante um sistema anárquico. As identidades servem para dizer quem é o próprio actor, e quem são os outros actores envolventes, implicando um conjunto de preferências e interesses particulares a cada um desses actores. Barnett considera que:

The social construction of reality concerns not only how we see the world but also how we see ourselves, define our interests, and determine what constitutes acceptable action. (Barnett, 2001: 259).

Esta construção da realidade entende que as expectativas dos Estados necessitam de identidades intersubjectivas, que sejam suficientemente estáveis, permitindo garantir padrões de comportamento previsíveis entre estes. A identidade de um Estado é composta por preferências e acções consequentes e, por

isso, o entendimento entre estes é feito de acordo com a identidade de cada um. As identidades possuem três funções na sociedade, sendo estas definidas como:

They tell you and others who you are and they tell you who others are. In telling you who you are, identities strongly imply a particular set of interests or preferences with respect to choices of action in particular domains, and with respect to particular actors. (Hopf, 1998: 175).

Hopf aponta ainda que as identidades que definem o actor em particular podem servir para analisar se é possível existir cooperação entre os Estados ou não. Todavia, este autor afirma que os interesses em comum podem tornar-se um obstáculo ao desenvolvimento da ideia de cooperação, defendendo que:

A constructivist approach might begin by investigating how states understand their interests within a particular issue area. The distribution of identities and interests of the relevant states would help account for whether cooperation is possible. (Hopf, 2008: 189).

As identidades são relevantes na medida em que constroem socialmente a visão do próprio actor, e deste sobre o outro, sendo significativo para explicar, posteriormente, a visão da UE sobre a Rússia e vice-versa. Transpondo a teoria para o objecto de investigação, a construção da identidade tem como exemplo a Rússia que, com o colapso da URSS, provocou alterações geopolíticas na região, e a consolidação gradual da UE. Estes foram aspectos que definiram em *continuum* as normas sociais e os interesses de cada um, conduzindo a percepções do próprio sobre o outro. Nestas questões de interesses e poder, identidades e estruturas, a teoria construtivista procura buscar um diálogo mais aberto para interligar com outras questões sociais. Na dimensão internacional, a acção social é bem mais

complexa do que a acção individual, porque é constituída por organizações sociais, normas e regras sociais. Importa destacar estes aspectos de interacção social para analisar as condições discursivas subjacentes.

A intersubjectividade da linguagem e a introdução de discursos, significados e valores é também relevante apesar de existir alguma divergência quanto à importância dos mesmos (Diez *et al.*, 2010). Contudo, será relevante analisar o discurso para explicar os padrões de acção dos actores que serão introduzidos posteriormente. Tendo em conta que Wendt defende que o que mais interessa são as estruturas externas dos fenómenos sociais:

Social kinds often are constituted in important part by external, discursive structures. In some instances these structures place social kinds in relationships of conceptual necessity to other social kinds: masters are constituted by their relationship to slaves, professors by students, patrons by clients. In other instances external structures merely designate what social kinds are: “treaty violations” are constituted by a discourse that defines promises, “war” by a discourse that legitimates state violence; “terrorism” by a discourse that delegitimates non-state violence. In both instances the claim is not that external structures or discourses “cause” social kinds, in the sense of being antecedent conditions for a subsequent effect, but rather that what these kinds are is logically dependent on the specific external structure. (Wendt, 1999: 84).

Desta forma as estruturas discursivas são relevantes para melhor compreender como se formam os fenómenos sociais. Os factores que compõem o discurso são as normas e regras que constroem o mesmo no mundo social (Burchill *et al.*, 1996). De uma forma mais específica, as normas resultam da

interacção entre os Estados, e informam o discurso que desenvolve a acção política (Nogueira *et al.*, 2005).

Posto isto, a teoria do construtivismo aplica-se neste estudo através da definição da construção do discurso, que permite aprofundar a interacção e o comportamento dos actores, neste caso da Rússia e da UE.

1.1. Estrutura e componente discursiva: sistema e entidades

Tendo já aferido, muito superficialmente, a relevância da estrutura do discurso, é imperativo passar agora a uma análise mais intensiva deste conceito. Verifica-se, pela interacção de comportamento entre os sujeitos, que a análise discursiva é um aspecto determinante a ter em conta na tentativa de reafirmação da Rússia e no contexto de insegurança sentido pela UE.

À luz da corrente construtivista, o sistema internacional é visto como o regulador dos actores para a socialização e compreensão de interesses do mundo político (Tsygankov, 2006). O contexto social, em que o indivíduo está inserido, constitui o conceito de interesse nacional. Neste âmbito, as identidades e o factor discursivo primam perante os restantes factores construtivistas.

No Construtivismo, a realidade socialmente construída identifica padrões, como a linguagem, para nos referirmos a um determinado contexto, concedendo-lhe capacidade crítica (Nogueira *et al.*, 2005). Kratochwil tem estudado a questão linguística, entendendo que, nos discursos, as regras que organizam a linguagem

servem para compreender a realidade em que o sujeito se encontra (Wendt, 1999). Tendo em consideração este argumento, significa então que o discurso que o sujeito utiliza serve para identificar o mundo que o rodeia, e para motivar as acções e os entendimentos do mesmo (Nogueira *et al.*, 2005).

Deste modo, entende-se que a linguagem é a acção propriamente dita. Já as normas que compõem o discurso são fulcrais para o processo de tomada de decisão, por isso, a análise dos padrões de acção dos agentes, como por exemplo dos Estados, deve consistir nas normas que organizam o discurso, e regem as suas escolhas (Diez, 2010). A isto se denomina de interacção social, pelo entendimento do processo de análise das acções e decisões dos actores (Wendt, 1999).

Posto isto, para entender o discurso de um determinado agente, é necessário compreender as regras e as normas que regem esse mesmo discurso, conduzindo à ideia de compromisso. Torna-se, de facto, fulcral compreender o acto discursivo, pois este serve para entender o porquê de determinada acção do agente. Neste seguimento, entende-se que o discurso e o acto estão interligados, pois o acto não pode ser a origem, como defende Onuf, considerando que a expressão do discurso é o que faz o acto (Onuf, 1992).

Importa ainda analisar os tipos de acto: actos de fala que podem ser assertivos, genéricos ou específicos (Wendt, 1999). Estes são formados por regras que instruem a fala, através de uma linguagem que se desdobra nestes tipos diferenciados, informando como o agente deve falar. Os agentes devem, como foi referido acima, agir de acordo a atingir o seu objectivo. A linguagem é crucial na

actividade humana e tem um significado público, sendo usada com motivos e intenções próprios. As palavras têm significados diferentes para pessoas diferentes, pelo que há diversidade nos actos da fala. Tudo isto leva a uma conduta de construção e reconstrução da vida social, pelo que, a realidade é feita pelos próprios agentes. A variável discursiva, através dos padrões de comportamento que se regem pelo acto discursivo, em constante ligação com a acção propriamente dita aplica-se aos agentes Rússia e UE.

Neste âmbito, a interacção entre os actores UE - Rússia tem por objectivo ser analisada tendo em conta a questão energética, isto é, o discurso que rege o comportamento dos agentes, Rússia e UE, influencia e determina o plano das relações energéticas. Posto isto, analisar o discurso de cada uma das partes referidas é relevante para a construção social, porque constitui uma maior interacção UE – Rússia, sendo um instrumento conceptual de ajuda para a compreensão da relação entre os actores.

1.2. Conceptualização do poder: génese e tipos constituintes

Perante a análise das principais componentes da corrente construtivista, importa acrescentar o conceito de poder para compreender o enquadramento da dimensão energética no objecto de estudo. O mundo das RI é estruturado por um campo relacional que inclui o poder. Apesar de não ocupar um lugar tão central no Construtivismo quanto o discurso, o conceito de poder não deixa de ser relevante. Isto, porque, reconhecendo que os actores têm um papel preponderante na corrente construtivista, o conceito de poder explica os fenómenos de interacção

entre eles. Ao questionar-se como é constituída a noção de poder, Wendt explica-a como sendo constituída pela partilha de ideias e cultura (Wendt, 1999). A cultura, no sistema internacional, é formada por ideias que, por sua vez, formam as normas e constituem o significado de poder (Burchill *et al.*, 1996). Os actores são identificados pelas suas relações, interesses e forças materiais, enquanto actores no sistema internacional, conduzindo assim à construção do poder de cada um (Wendt, 1999). Estes factores constituintes fazem parte da interacção social, segundo o Construtivismo. Neste sentido, entende-se as palavras de Hopf quando afirma que:

“Meaningful behavior, or action, is possible only within an intersubjective social context” (Hopf, 1998: 174).

Assim, o conceito de poder, entendido como um conjunto de normas que regem o comportamento dos actores (Nogueira *et al.*, 2005), é objecto de estudo da dissertação pela relevância que assume na caracterização da relação Rússia - UE. Enquadrado na questão energética, o conceito de poder desdobra-se em dois tipos que definem os padrões de acção de ambos os actores aferidos. Os tipos de poder a analisar são o “hard power” e o “soft power”. Joseph Nye refere:

Leadership and power are inextricably intertwined. Broadly speaking, power is the ability to affect the behavior of others to get the outcomes you want, and there are three basic ways to do that: You can coerce them with threats; You can induce them with payments or you can attract and co-opt them. (Nye, 2006: 2).

O poder manifesta-se sob a forma de introdução de comportamentos e resultados e cria agendas, definindo os assuntos de relevância internacional, e podendo modelar os interesses tanto dos parceiros como dos inimigos (Nye, 2010). O “hard power” e o “soft power”, como aponta Nye, “are related because they are both aspects of the ability to achieve one’s purpose by affecting the behavior of others” (Nye, 2006). Estes tipos de poder inserem-se no poder central como influenciados por uma determinada posição, isto é, o comportamento de determinado Estado é que dita o tipo de poder que este utiliza. À luz do Construtivismo, a lógica da distribuição do poder, através de percepções ou identidade e interesses, é composta por ideias e contextos culturais que formam os tipos de poder. O conceito de poder é significativo para os actores, porque é constituído, em grande parte, por ideias compartilhadas que não se aplicam apenas nas identidades, mas também no conteúdo do poder e dos interesses (Wendt, 1999). Na análise construtivista, o poder é relevante no sistema internacional, e compõe dois tipos de poder que se aplicam em actores como a Rússia e a UE.

As práticas do conceito de “hard power” seguem os aspectos mais acérrimos de poder à luz dos Construtivismo, ou seja, impõem os planos de acção e comportamento do actor. O “hard power”, que Joseph Nye denominou de “command power” (Nye, 1990), é utilizado para exercer pressão ou coerção, para influenciar o sujeito, ou seja, uma acção directa sobre o mesmo. Esta pode ser através de diplomacia coerciva para atingir os seus objectivos, ou pode ter uma dimensão militar. Este cita:

As for hard power, the two main sources of hard power, threats and inducements, are closely related. Inducements, rewards and bonuses are more

pleasant to receive than threats, but the hint of their removal can constitute an effective threat. (Nye, 2006).

Temos um exemplo da utilização deste tipo de poder quando a Rússia cortou o fornecimento de energia à Ucrânia, impossibilitando a UE de importar o gás natural (Thomas, 2006).

Por sua vez, o “soft power”, designado como “co-optive power” (Nye, 1990), tem que ver com a capacidade de definir a agenda internacional, persuadir e exercer uma atracção positiva (Nye, 2010). A cultura, os valores políticos e a política externa são as principais bases que Joseph Nye defende como fazendo parte deste tipo de poder, conduzindo à questão dos interesses no contexto construtivista. Este autor aponta que “soft power rests on the ability to shape the preferences of others” (Nye, 2006). O “soft power” tem a habilidade de exercer influência sobre o sujeito, através da sua acção indirecta, isto é, não interventiva. Apenas procura expandir os seus interesses utilizando os seus princípios e ideais (Thomas, 2006), compondo uma dimensão económica, cultural e social. O caso da UE, utiliza os seus meios políticos e económicos persuadindo o sujeito a atingir o que pretende (Nye, 2010). Este é um actor relevante pelos seus valores fundamentais e princípios éticos que tem sempre em conta. Como refere Manners, a construção da identidade europeia é composta por estes princípios e normas sociais:

“The most important factor shaping the international role of the EU is not the way it operates, but rather what it is” (Manners, 2002: 252).

Explicar estes dois tipos de poder é importante para compreender os motivos da Rússia e da UE utilizarem a energia como instrumento na sua política externa. O “hard power” não é definido como um poder singular, é entendido como uma acção de coerção imposta no sujeito para obter o que se pretende, e tem dimensão militar e económica. Ambas as dimensões enquadradas neste poder são realizadas através da força, da ameaça directa e da intimidação, e são aplicadas para fins bélicos, diplomacia coerciva, ou alianças estratégicas (Thomas, 2006). No campo militar, o uso da força é o mais patente, enquanto que na diplomacia coerciva, a ferramenta principal é a ameaça.

Contudo, as práticas de “hard power” são formas de influenciar o comportamento de outros para atingir os interesses de um determinado Estado. Este enquadra-se numa visão de influência directa através da força ou da ameaça do uso da mesma.

Já o “soft power” insere-se numa visão normativa, em que a influência no comportamento de outro Estado é feita através de princípios e ideais. Esta necessidade da Rússia em criar tensão no Ocidente, ameaçando cortar a energia para a UE, é entendida como um meio de política externa para marcar a sua posição e manter o seu poder de decisão relevante no contexto regional. É, por isso, alusivo ao poder real da Rússia, definido através da sua política energética e da sua posição estratégica no sistema internacional. Tem como finalidade fazer com que os países dependam da sua energia para assumir uma mais forte e influente afirmação ao nível internacional. O “soft power” é exemplificado pela UE, como afirma Joseph Nye:

“Europe has successfully used the attraction of its successful political and economic integration to obtain outcomes it wants” (Nye, 2006).

Visto que a UE procura estabelecer tratados com outros Estados, como os países ex-soviéticos, procura encontrar alternativas para transportar a energia de forma a não depender tanto da Rússia. Também outros acordos são assinados com a Rússia para manterem os seus laços de cordialidade, mesmo em tempos de maior tensão. Em troca, promove os seus valores e princípios de democracia e estabilidade económica. O “soft power” está mais centrado na ideia de um poder de persuasão, e não de invasão directa. A habilidade de obter o que se pretende consiste na atracção em vez da punição (Nye, 2010). A legitimidade das ideias políticas de um país, quando são atractivas a outro, é sinal de que o “soft power” tem força. As ferramentas deste poder assentam na cultura, política e ideologia aplicada aos actores. Nye afere:

A countrys soft power can come from three resources: its culture (in places where it is attractive to others), its political values (when it lives up to them at home and abroad), and its foreign policies (when they are seen as legitimate and having moral authority (Nye, 2006).

Tendo como objectivo concluir o enquadramento teórico do tema proposto, é importante analisar a relação dos actores envolvidos: UE e Rússia. Na UE pretende-se assegurar o fornecimento de gás, garantindo a segurança energética; na Rússia, é imperativa a ideia de assegurar uma posição dominante no sector energético. Todavia, enquadrando os tipos de poder na base construtivista, verifica-se que estes constituem os interesses particulares da UE e da Rússia,

sendo isso que os define de encontro à sua identidade. Desta forma, criam percepções um do outro, construindo a interacção entre eles.

Capítulo II – Dinâmicas de relacionamento dos actores

Para melhor compreender as linhas de planeamento de acção de cada um dos actores deste estudo, é importante definir as relações entre ambos, dando relevância à questão energética. A opção de Moscovo em se “virar” para o Ocidente foi um marco decisivo na história desta relação. Também o alargamento da UE influenciou de forma decisiva a relação com a Rússia. Por fim, serão analisadas as relações entre ambos os actores na actualidade.

1. Década de 1990 e a viragem nas relações UE – Rússia

Analisando as relações entre a Rússia e a UE, a década de noventa foi um marco temporal relevante, pois tratou-se da época a partir da qual a Rússia e a UE iniciaram relações diplomáticas, económicas e sociais, mais precisamente, em 1991. Foi a década em que a política externa da Rússia se alterou por completo, através de reformas políticas e militares, e de afirmação da sua posição ao nível internacional, em relação ao Ocidente. Assistiu-se também a mudanças na UE, com os alargamentos, que demarcaram as relações entre ambas.

A Rússia, em 1991, encontrava-se perante um período de formação da sua identidade, procurando definir a sua política interna. Em primeiro lugar, as

mudanças atravessadas pela Rússia estavam demarcadas pela transição democrática liderada por Ieltsin, o primeiro Presidente democrático após a dissolução da URSS (Tsygankov, 2006). Ieltsin fez com que o país se virasse para o Ocidente, editou sua própria constituição e consolidou o seu poder pessoal, privilegiando interesses de grandes grupos e descentralizando o poder (Shevtsova, 2007). Assumiu o Kremlin, tendo em conta que a nação necessitava de um líder forte que voltasse as atenções para as forças de segurança, para definir a sua política interna. A partir de 2000, com Vladimir Putin, a Rússia sofreu alteração na política interna. Putin assumiu uma liderança forte voltada para as forças de segurança, criou a sua própria base de poder, fortaleceu as regras e normas do Estado, e redefiniu estratégias de inserção russa no palco internacional, adoptando o pragmatismo como modelo de política externa (Shevtsova, 2007). Apesar do reconhecimento da abertura política, da criação de partidos e de iniciativa para o desenvolvimento económico, quem obteve sempre o poder de decisão político e económico foi quem se sentou na mesa do poder. Perante isto, as gerações que os sucederam não poderiam permitir que se instalasse uma democracia totalitária nem um pluralismo económico que colocasse em causa a perda do poder (Tsygankov, 2006). Por isso, o poder central permaneceu autoritário.

Além do período de crise ideológica, a Rússia utilizou novos meios estratégicos de alargar o seu poder para o Ocidente. O desejo Ocidental em tornar a Rússia num país democrático foi mais forte do que na própria Rússia. Por motivos de vulnerabilidade do Estado russo, fruto da instabilidade política e consequente crise económica em 1991, prevaleceu o desejo de se direccionar para o Ocidente.

Na perspectiva europeia, o receio sobre a evolução da política estratégica russa esteve sempre presente desde a dissolução da URSS. A pressão russa junto da UE no sentido de ter em conta a sua posição fez-se notar significativamente (Fernandes, 2007).

Em 1994, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) estabeleceu a Parceria para a Paz, um programa prático de cooperação e assistência militares adaptado às necessidades individuais de cada país, concebido inicialmente para ajudar a estabelecer o controlo democrático sobre as forças armadas, ajudar o processo da reforma militar e ajudar a desenvolver tropas compatíveis com a OTAN (Bennett, 2003). Assim, mais países quiseram aderir, alargando a mesma. Contudo, a Rússia viu isto como um problema, pela possibilidade de alguns Estados, outrora soviéticos, tornarem-se membros da OTAN. Os europeus consideravam que a ambiguidade russa em relação ao alargamento e a sua política de uso da força, nesta altura, ameaçava as relações pretendidas. Yeltsin afere:

While maintaining our strong negative attitude towards NATO's policies of expansion, at the same time we are establishing constructive relations with alliance. Our main objective is to ensure that this interaction results in a radically changed NATO which would enhance the European security, not endanger it (Yelstin, 1998).

Mais tarde, a política de alargamento veio acentuar as tensões entre a Rússia e a UE, pela sua aproximação às Repúblicas ex-soviéticas. Segundo a

visão russa, este alargamento, na década de 1990, ocorreu quando o país se encontrava com conflitos internos devido à imposição de políticas económicas mal sucedidas e ao desempenho negativo da sua taxa de crescimento, sofrendo sucessivas crises económicas e financeiras (Fernandes, 2007). A Rússia desenvolveu a sua política interna, utilizando novos meios estratégicos de forma a alargar o seu poder para o Ocidente, nomeadamente através de acordos económicos e energéticos (Ledonne, 1997).

Ainda na década de 1990, a UE desenvolveu as suas políticas estratégicas. Esta aspirava alargar as suas fronteiras a outros países, promovendo os seus ideais, estando a Rússia estava fragilizada economicamente, por consequência do processo de transição interno. Perante isto, a UE desenvolveu políticas de regulação da relação UE – Rússia. Foi estipulado o Acordo de Parceria e Cooperação (APC), assinado em 1994, que teve como fim integrar a Rússia no seio da cooperação com a UE, definindo as bases legais subjacentes a esta relação, e visando a paz e a segurança ao nível internacional (Europa, 2010). Contudo, o APC não entrou em vigor até 1997, devido a alguns Estados-membros estarem preocupados com as operações da Rússia na Chechénia (Europa, 2010). O APC centrou-se nas questões económicas e financeiras, incluindo o diálogo político. O acordo reconhece a importância do respeito pelos Direitos Humanos, democracia e liberalização económica. Como afirmado, o objectivo é:

“strengthen political and economic freedoms” and to “support Russian efforts to consolidate its democracy and to develop its economy and to complete the transition into a market economy” (PCA, 1997, título I, artigo 1).

E aponta ainda para a ideia de que:

The PCA aims at developing a regular political dialogue that could lead to the rapprochement between the EU and Russia and to “support the political and economic changes underway in Russia” and “Russia shall endeavour to ensure that its legislation will be gradually made compatible with that of the Community” (PCA, Título II, Artigo 6, e Título VI, Artigo 55.1.)

Em 1999, estabeleceu-se o acordo relativo a uma Estratégia Comum, com o objectivo de melhorar a diferença nas políticas internas da UE. Era unilateral mas persistia na ideia de estabelecer valores comuns entre a Rússia e a UE. Basicamente, compreendeu-se que foi uma estratégia que incluía objectivos pouco específicos, não tendo qualquer definição clara (Hughes, 2006).

Em resposta a isto, a Rússia desenvolve a Estratégia de Meio-Termo na sua política face à UE. Este documento visava estabelecer reformas sociais na Rússia, não tendo qualquer referência à democracia nem aos valores comuns (Hughes, 2006). Focou-se apenas nos seus interesses nacionais e objectivos estratégicos.

Além destes acordos, iniciaram-se as relações energéticas. Tendo em conta que a UE depende de grande parte das importações de gás natural russo, o Ministro russo para a Energia afirmou:

Russia possesses great energy resources – its territory contains 1/3 of the world natural gas reserves, 1/10 of oil reserves, 1/5 of coal reserves and 14% of uranium reserves – and a powerful fuel and energy complex, which is the basis of economic development and the instrument of carrying the internal and external policy. (Ministry of Energy of the Russian Federation, 2003: 2)

A Rússia tem intensificado e desenvolvido a sua rede energética de forma a aumentar o seu poder. Desde a década de 1990 que esta situação se arrasta, e a UE tem-se tornado cada vez mais dependente da Rússia nesta matéria.

No que respeita às questões energéticas, a Rússia tem uma posição relativamente forte, pois a UE depende de uma percentagem significativa do gás natural russo. Contudo, a UE tem já estabelecido outro tipo de acordos energéticos, tais como com a Líbia, acabando por estagnar por motivos diplomáticos.

Também a maior parte dos países do Centro e Leste da Europa dependem das importações de gás da Rússia. Esta é responsável por cerca de 42% dessas mesmas importações, em que 90% das exportações de gás passam pela Ucrânia (International Energy Agency, 2009: 18), um país de trânsito, tendo como principais consumidores a Alemanha, a Itália e a França (Tsygankov, 2006).

Estabeleceram-se ideais de cooperação e diálogo político, para partir para o diálogo energético. Com a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, em 1997, a UE integrou as “estratégias comuns”. Estas eram definidas por três áreas de acção: consolidar a democracia e o Estado de direito, integrar a Rússia no espaço comum europeu e estabilidade e segurança regional (Caneva, 2011).

Em 2003, a UE e a Rússia acordaram em fortalecer a cooperação entre as partes estabelecendo o Acordo dos Quatro Espaços Comuns³, seguido do APC. Os “espaços” foram acordados entre as partes, como afirma Medvedev:

The four Common Spaces: the Common Economic Space; the Common Space of Freedom, Security and Justice; the Common Space of External Security; and the Common Space of Research, Education and Culture (Medvedev, 2006).

Todavia, o Acordo dos Quatro Espaços Comuns falhou em termos de aplicação dos seus objectivos. A este propósito, Medvedev afirmou que:

Andrei Makarychev has described the language of the Common Spaces as “the EU discursive strategy of uncertainty” (Medvedev, 2006).

Remetendo, assim, para a ideia que foi apenas um acordo de estratégia da UE para atingir os seus interesses nacionais. No mesmo tom, Michael Emerson denominou os Espaços Comuns como:

“The proliferation of the fuzzy in EU-Russian relations” (Medvedev, 2006).

Contudo, este cenário de expansão da UE não era visto como favorável para a Rússia, pois esta temia que a UE se expandisse para as suas ex-repúblicas. Começaram, por isso, a surgir algumas divergências, seguidas do falhanço da transição democrática na Rússia. Com a abertura ao diálogo energético, promovido pelos “Espaços Comuns”, começam negociações bianuais entre a Rússia e a UE, visando áreas comuns de interesse no campo da energia: infra-

³ O Espaço Económico Comum; o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça Comum; o Espaço de Segurança Externa e o Espaço de Pesquisa e Educação.

estruturas, tecnologias, investimentos, eficiência energética e questões ambientais (Comissão Europeia, 2011). Em 2003, Viktor Khristenko, actual Ministro da Indústria da Rússia, e o anterior Director Geral da Comissão Europeia, François Lamoureux, foram os primeiros negociadores a iniciarem as conversações para o diálogo energético (Comissão Europeia, 2011).

Apesar de, em 2005, se reforçarem os laços energéticos entre a Rússia e a UE, a fim de promover a sustentabilidade na produção, distribuição e transporte eficiente da energia (Comissão Europeia, 2011), a tensão entre ambos os actores agravou-se com a tentativa da Ucrânia de sair da área de influência russa. Era importante para a Rússia manter a sua influência sobre este país, por se tratar de um país de trânsito da energia. A possibilidade da Ucrânia se tornar num país de influência europeia, fez com que a Rússia, em 2006, cortasse o fornecimento de gás à Ucrânia, como forma de ameaça. Esta atitude trouxe graves consequências aos Estados europeus mais dependentes da energia proveniente da Rússia, e promoveu uma discussão na UE sobre a dependência energética.

A questão energética simboliza a alteração no equilíbrio de poder entre a Rússia e a UE. Devido à sua forte dependência, os Estados membros reconheceram a sua vulnerabilidade. Moscovo determinava-se a instrumentalizar a energia, ameaçando a UE. Perante este cenário, a Rússia utilizou a energia para afirmar o seu poder no sistema internacional. Sendo um país de relevância para o Ocidente, pela energia que exporta para maior parte dos países Ocidentais (International Energy Agency, 2009), a política energética russa foi fulcral para a construção da sua identidade, indo ao encontro da teoria construtivista. Todavia, a

UE dependia de uma clara percentagem de energia russa, pondo em causa a sua segurança energética. Perante isto, a Rússia era vista como ameaça. Esta situação não agradou às autoridades russas, aumentando a tensão na relação da Rússia com a UE.

Ao longo do diálogo UE – Rússia, a expressão “strategic partnership” foi sendo sempre utilizada⁴, sem especificar o que implica esta mesma parceria, ficando-se pela questão de “common values” entre a Rússia e a UE (Schuette, 2004). Exemplo disso foi o caso do Presidente Medvedev aferir:

Relations with the EU are a very important element of our foreign policy. The main topic in today’s discussion was the reinforcement of the long-term strategic partnership as part of creating four common spaces we have identified back in 2005 (Medvedev, 2010).

Os documentos acordados entre estes actores partilhavam apenas os interesses que lhes eram comuns e, de acordo com a teoria construtivista, pode criar um impasse na relação entre as partes devido às percepções que lhe estão subjacentes e às interpretações daí resultantes. Como afere Schuette, outro tipo de documentos mencionam:

The second parts of these documents, especially the ones that are adopted by the EU unilaterally, have the objective of developing Russia into a ‘European’ or western model. This strategy is not appreciated by Russia which wants to be treated as an equal partner and the focus on ‘values’ has been interpreted as a way for the EU to control the development in Russia as well as in their shared neighbourhood (Schuette, 2004: 17).

⁴ Ver EU – Russia Summit, 2010.

Até ao ano de 2004, foram 14 os encontros realizados entre a UE e a Rússia. Como refere Schuette:

All joint statements include references to the “common values” that the E.U. and Russia share. The relevant parts of the texts are variations of the words found in the PCA (Schuette, 2004: 18).

Após a ratificação do APC, os documentos acordados entre as partes eram curtos e vagos (Schuette, 2004). Contudo, o autor afirma que no encontro de Viena em 1998 foi mencionado:

In our common view, the orientation of Russia towards democratic values, and deep economic reforms with an appropriate emphasis on the social dimension will provide a solid basis for fostering the development of a strong, balanced and mutually beneficial partnership. In the subsequent summit, in Moscow in February 1999, not even this kind of phrase was kept. President Boris Yeltsin simply “informed about the efforts being made to stabilize the financial, economic and social situation on the basis of market principles, taking into account social needs and preserving democratic orientation.” The E.U. seems to have had no further questions or concerns regarding such domestic matters but was preoccupied with the financial and economic fallout of the 1998 crisis in Russia. (Schuette, 2004: 18).

No encontro em Helsínquia, em 1999, formulou-se, explicitamente, um documento estratégico com referência à expressão de “common values”:

They are based on common values such as respect of the principles of democracy and human rights, the rule of law and market economy and share the

common objectives of enhancing political stability and economic prosperity in Europe (Helsinki European Council, 1999).

Os exemplos destes encontros serviram para provar que o diálogo foi desde sempre estratégico entre as partes, procurando agir de acordo com os interesses de cada um. Analisando os documentos de forma pragmática, todo o processo do diálogo Rússia – UE é complexo para chegar a uma tomada de decisão. Isto deve-se à burocracia europeia, na qual as decisões da UE são condicionadas pelos compromissos dos Estados-membros (Schuette, 2004). Outro dos motivos foi a clara desvantagem da UE, por falta de unidade entre os Estados-membros, sendo que alguns apoiavam a Rússia e outros não. O discurso que é construído ao longo dos acontecimentos vai, assim, variando dos europeus para os russos. A ambiguidade europeia nas relações com a Rússia encontra-se muito presente, visto que não há uma UE totalmente unida e um poder de decisão homogéneo entre os Estados-membros, dificultando o seu processo de actuação.

Também os interesses energéticos são postos em causa, pois dependem dos objectivos de cada país. Desta forma, estabelecem acordos bilaterais com a Rússia, enfraquecendo a posição da UE como potência (Caneva, 2011). São estes os problemas a ter em conta na relação interdependente entre a Rússia e a UE. Havia, por isso, uma necessidade de assegurar a energia na UE, de forma a garantir uma competição aberta e um mercado de gás flexível e integrado. As diferenças existentes entre os Estados membros da UE são cada vez maiores em matéria de energia. Estes não conseguem chegar a um acordo comum para atingir os seus objectivos, devido às suas diferenças em termos de desenvolvimento económico-social e interesses no campo energético (Leonard, *et al.*, 2007). As

suas políticas e percepções da Rússia não são comuns, e os seus recursos desiguais. A Rússia está a par da situação de desigualdade, e aproveita-se disso para desunir ainda mais a UE. Putin lutou pela sobrevivência do seu país, procurando criar união e coesão internamente, o que faltava aos europeus.

Os laços económicos e diplomáticos entre a UE e a Rússia foram-se reforçando, sendo a Rússia o centro de abastecimento mundial em matéria petrolífera e de gás. A este respeito, Günther Oettinger, Comissário Europeu para a energia (Euronews, 2011), afirmou:

Energy is the life blood of our societies. The well-being of our people, industry and economy depends on safe, secure, sustainable and affordable energy. At the same time, energy related emissions account for almost 80% of the EU's total greenhouse gas emissions. The energy challenge is thus one of the greatest tests which Europe has to face. It will take decades to steer our energy systems onto a more secure and sustainable path. In the European Union, the energy challenges facing us are too overwhelming to be resolved by Member States individually. We are stronger acting together. The Europeanization of energy policy has already started (Oettinger, 2010).

Com isto se pretende provar que, para a UE, o diálogo energético com a Rússia era de uma importância extrema, não só para atingir o patamar da segurança energética europeia, como também para alcançar uma relação transparente e promissora de alargamento da UE para outros Estados na Ásia Central que, apesar da riqueza em recursos naturais, as ex-repúblicas soviéticas

são consideradas Estados autoritários, tendo por isso necessidade de obter estabilidade e segurança internas. Perante este propósito, era favorável para a UE expandir as suas fronteiras para esta região. Tendo em conta que, como referiu Gunther Oettinger:

The Russian Federation is the most important energy partner of the European Union. 31% of total EU's gas imports, 27% of total EU's crude oil imports, and 24% of total EU coal imports are supplied from the Russian Federation¹. A large part of the uranium used in the EU is imported from the Russian Federation (Oettinger, 2010).

Para a UE e para a Rússia era muito vantajoso manter esta relação de forma transparente e pacífica, como Gunther afirmou:

On the other side is the EU by far the largest trade partner of Russia. 47% of all Russian imports originate from the EU, and about 75% of the foreign investments in Russia come from European investors. Our infrastructure systems for oil and gas are closely interconnected. This close interdependence will remain also in future. European domestic gas resources are depleting, and we expect therefore an increase of gas imports until 2030. There is no alternative to further strengthen our relations and to start thinking about our joint priorities for the next decades (Oettinger, Gunther, 2010).

O diálogo energético UE – Rússia foi, desde sempre, parte da vontade europeia de estabelecer uma relação baseada na interdependência e no consenso

de ideias, visível aquando do estipular da estratégia europeia para a segurança energética (Comissão Europeia, 2006), através do denominado Green Paper (Eur-Lex, 2006). Este foi o primeiro papel estratégico em política energética na história da energia na União Europeia. Baseia-se na ideia de diálogo com outros países de modo a promover a segurança, sustentabilidade e estratégia no sector energético. Tem como fim lançar um debate público sobre as questões-chave a ter em conta nos futuros programas de financiamento da investigação e inovação da UE (Green Paper, 2011). Constituiu-se, assim, a política de que o benefício mútuo é a chave para a ideia de diálogo. A tentativa da UE de criar interdependência entre as partes envolvidas, diálogo e promoção de ideias, foram acções de “soft power”, com o propósito de diminuir a dependência energética com a Rússia, e estabelecer uma maior cooperação entre as partes.

Contudo, após o ano de 2006, deverificaram-se alterações na segurança energética europeia face às crises energéticas (entre a Rússia e países como a Ucrânia). A preocupante dependência europeia da energia russa fez com que a UE reconhecesse a necessidade, urgente, de garantir o fornecimento de gás aos países europeus.

1.1. Acordos energéticos: a criação da Carta Energética Europeia

Os esforços da UE para atingir estes objectivos são através do diálogo energético entre as partes envolvidas, e dos acordos estabelecidos, como a Carta Energética Europeia. A Comissão Europeia propôs a formação da Carta no ano de 1991. Foram 51 signatários que se comprometeram a respeitar os ideais da Carta e

a cooperar no âmbito de um acordo de base, o Tratado da Carta da Energia assinado em 1994 (Tratado da Carta da Energia, 1998: ver Anexo I). O objectivo da Carta é o de promover a cooperação energética entre a Comunidade Europeia e os países da ex-União Soviética, com base nos princípios da Carta Europeia da Energia, sendo estes: promover a cooperação industrial Leste-Oeste através de medidas de salvaguarda de carácter jurídico em áreas como o investimento, o trânsito e o comércio. (Eur-Lex, 1998). Esta cooperação visa promover o desenvolvimento económico e, simultaneamente, aproveitar os recursos energéticos existentes nas áreas abrangentes, reforçando a segurança da transição energética.

Actualmente são 52 os signatários da Carta Europeia da Energia, porém, alguns dos membros, apesar de a aplicarem, não a ratificaram. Foi o caso da Bielorrússia e da Federação Russa. Para a Rússia, a ratificação da Carta implicaria o comprometimento de todos os aspectos da Carta, o que não era considerado favorável. Com o objectivo de utilizar a energia como um instrumento de ameaça, a Rússia não tinha como objectivo cumprir com determinados princípios da Carta que lhe limitassem a instrumentalização da energia para obter poder. Isto deveu-se ao facto da UE não abrir os seus mercados a outros produtos provenientes da Rússia, além da energia.

Apesar da tentativa de implementação desta Carta, a Rússia recusou-se a ratificar o Energy Charter Treaty, que prevê no nº 1 do artº 7:

Each Contracting Party shall take the necessary measures to facilitate the Transit of Energy Materials and Products consistent with the principle of freedom

of transit and without distinction as to the origin, destination or ownership of such Energy Materials and Products or discrimination as to pricing on the basis of such distinctions, and without imposing any unreasonable delays, restrictions or charges. (Energy Charter Secretariat, 1994)

Perante este propósito, o Embaixador do Secretariado Geral para a Carta da Energia, André Mernier, refere:

However it should be noted that some states including Australia, Norway and notably the Russian federation have not ratified the actual Treaty. In fact the Russian federation has recently proposed to modernise the existing Treaty. The fundamental aim of the Energy Charter Treaty is to strengthen the rule of law on energy issues, by creating rules for a level playing field to be observed by all participating governments, thereby mitigating risks associated with energy-related investment and trade (European Gas Conference, 2011: 1).

A Carta Energética foi assinada entre as partes com a finalidade de estabelecer o marco jurídico e as obrigações para o comércio energético entre o leste e o oeste da UE. Vladimir Rakhmanin, Deputado Geral para a Carta da Energia, afere:

The Charter and the Treaty have been very instrumental in narrowing the gap between Russian and European positions and developing equitable, non-discriminatory cooperation. Not all participants are 100% pleased with these documents' provisions. At the same time, it would be wrong to understate their importance for the development of Russia-EU relations up until now and in the future. The signing and application of the Energy Charter Treaty on a provisional basis makes Russia one of the key Charter players. The Russian delegation

participates actively and with a keen interest in the meetings of the Energy Charter Conference and the Charter's Groups. In our view, this is extremely important, as this enables a constructive, open dialogue and, consequently, enhances transparency within the Eurasian energy space (Energy Charter, 2008).

Remetendo, assim, para a ideia de que era necessário alterar a Carta para a Energia, de modo a favorecer os interesses da Rússia.

No que respeita à UE, apesar de ter garantida uma percentagem de energia importada da Rússia, não se encontra segura. Existe a possibilidade de a Rússia voltar a proceder a cortes de energia imprevistos, como aconteceu com a Ucrânia e a Bielorrússia, e os europeus voltarem a ficar sem energia por tempo indeterminado. A Carta Europeia da Energia foi, de facto, das tentativas mais eficazes de criar laços energéticos seguros da UE com a Rússia. Ainda assim, a não ratificação da Carta pela Rússia complicou as relações neste campo, levantando preocupações no diálogo energético entre ambos. Segundo Moscovo, a Carta pretende assegurar o livre acesso às reservas do Estado russo e redes de gasodutos e oleodutos, o que se torna um obstáculo para os investimentos russos nos restantes Estados membros da UE.

1.2. O diálogo energético entre a UE e a Rússia

A ideia de interdependência entre a UE e a Rússia baseava-se na igualdade de troca e transparência. Em 2000, o diálogo energético entre a Rússia e a UE foi incentivado, de forma a criar uma parceria energética entre ambos. Uma parceria energética verdadeiramente transparente ofereceria segurança e previsibilidade para ambas as partes, assim como acesso ao mercado de uma forma justa.

O diálogo bilateral cria alguns obstáculos, como o da questão da interdependência entre a UE e a Rússia. Por outro lado, a Rússia tem como grande parceiro económico a UE, por isso, esta última é tão dependente da Rússia, como vice-versa (Caneva, 2011).

Apesar da cooperação de ambas as partes no diálogo energético, as relações energéticas Rússia – UE continuavam dependentes das negociações em termos económicos e securitários, entre outros, assim como dos acordos bilaterais que são realizados entre a Rússia e os Estados membros da UE.

A Rússia estipulou uma estratégia de criar uma relação bilateral com alguns dos Estados membros da UE, reforçando a influência russa no espaço pós-soviético. A estratégia russa, designada por “dividir e governar” (Caneva, 2011: 13), foi o que a tornou mais poderosa. Os russos procuram pressionar os líderes políticos e económicos mais fortes, e seduzir os membros mais fracos no campo político e económico (Caneva, 2011). A este respeito afirmam:

We are sick and tired of dealing with Brussels bureaucrats. In Germany, Italy, France, we can achieve much more. The EU is not an institution that contributes to our relationship, but an institution that slows down progress (Leonard *et al.*, 2007: 14).

A transformação que ocorreu na relação interdependente UE Rússia deve-se, também, ao aumento da confiança russa. Foi um contexto claro de alterações

políticas, já que a Rússia aspirava ter relevância no sistema internacional como actor dominante, e a UE defendia a ideia de consenso, de regras de direito e de interdependência de uma forma transparente. A Rússia tem utilizado o seu poder energético para enfraquecer a UE, o que tem feito com que esta sinta o seu potencial diminuído no campo da política externa. A Rússia tornou-se mais rica e poderosa energeticamente devido aos seus preços competitivos, que importava barato do Oriente e exportava mais caro para o Ocidente, além da própria produção de bens, que desenvolveram bastante o sector económico russo.

No sector energético, há uma preocupação europeia relativamente aos obstáculos do trânsito de gás. Perante uma UE que obedece aos critérios de transparência e direito, esta reconhece a necessidade de reformular alguns dos aspectos da Carta Europeia da Energia. A UE confirmou a ausência de um limite de 30% das importações de gás de fontes externas, o que impossibilita os europeus de diversificar a importação de petróleo e, mais importante, de gás natural (Caneva, 2011).

A tentativa da UE de criar interdependência entre as partes, do diálogo e da promoção dos seus ideais, de conter o expansionismo russo através de acordos e de diminuir da dependência energética da Rússia, é claramente “soft power” europeu. No que respeita à UE, a persuasão e pressão europeia para estabelecer relações com países anti-russos é uma forma de fazer com que a Rússia perca influência na região. A Rússia é um Estado centralizado, no qual Medvedev tem procurado resolver as questões internas, focado numa política externa autónoma e estabelecendo tratados de acordo com o seu poder, o que exerceu influência sobre

os europeus. Por sua vez, a UE não tem sido bem sucedida em capitalizar o seu poder para influenciar a Federação russa. Esta estabelece, assim, acordos com os Estados individualmente, tornando a UE mais dependente. Alguns exemplos dos acordos da Gazprom foram com as maiores companhias de gás europeias, como a da Alemanha, Itália e França (Caneva, 2011). Uma das mais influentes companhias petrolíferas russas, a empresa Gazprom, emergiu como um dos mais poderosos monopólios energéticos internacionais, acabando por controlar grande parte do mercado (Gazprom, 2003). Ao longo dos tempos, a Gazprom foi evoluindo para um dos principais geradores de mercado de oleodutos e gasodutos da UE (Smith, 2006). No ano de 2009, esta companhia russa vendeu quarenta e cinco bcm⁵ de gás à UE, o que corresponde a um quarto do total das importações de energia europeia (International Energy Agency, 1999). A Alemanha é o principal consumidor, comprando mais de um terço de gás russo (Nordstream, 2009).

Relativamente ao diálogo energético, este apresentou falhas, que comprometeram os objectivos russos e europeus. Os projectos que se seguiram, realizados pela Rússia, aumentaram a dependência energética europeia no país russo e, com isto, dificultaram as tentativas da UE para criar uma política comum de segurança energética. Numa situação de enorme tensão entre a Rússia e a UE, e de acordos falhados na área energética, a UE sentiu a preocupação de garantir a sua segurança energética. Tendo em conta as ameaças russas na UE, a segurança energética dos europeus não é garantida. Todavia, os esforços europeus para criar interdependência mútua são dados por falhados, pois a Rússia tem uma dinâmica

⁵ Medida quantitativa da energia.

de jogo político interno bem definida, através da liderança do Kremlin, dos interesses geoestratégicos dos EUA e do posicionamento da UE face à Eurásia. A estratégia dos russos é a de preservar os recursos energéticos para recuperar a sua economia e para afirmar a Rússia como actor internacional incontornável, utilizando argumentos energéticos para ganhar poder. A diversificação das redes de transporte, através do uso de rotas estratégicas, foi um meio de aumentar a exportação de energia, aproveitando-se das contradições dentro da UE. A energia é assim instrumentalizada como factor de pressão na condução da política externa russa.

2. As relações UE – Rússia na actualidade

Ao nível institucional, os mecanismos utilizados para a parceria UE – Rússia, conduziram a: *working groups*, acordos bilaterais (caso do APC; Quatro Espaços Comuns) e à definição das suas próprias estratégias (Gomart, 2008). Sendo a Rússia o único Estado com encontros bianuais com a UE, prevalece a ideia de que a relação entre ambos os actores se baseia na confiança. Todavia, tendo analisado extensivamente a relação UE – Rússia, comprova-se que a institucionalização da parceria não estabeleceu uma ligação fiel entre as partes, que se explica pela complexidade nos processos de decisão de cada um. Barysch afirma:

Russian officials tend to have limited negotiating mandates, which means that they have to consult their minister (or even the Kremlin) before they can agree on even a minor compromise. The hands of EU representatives are similarly

... tied because their mandates rest on complicated compromises between the EU member states” (Barysch 2004: 52).

Perante esta ideia, os actores defendem que os documentos são demasiado complexos para chegar a uma decisão unânime. Entende-se, por isso, que existe uma desconexão na institucionalização das relações UE – Rússia. Ao nível político, o Presidente russo manteve uma perspectiva assertiva, *vis-a-vis* com a UE (Gomart, 2008), demonstrado através do seu discurso:

Russia is an integral part of European civilization (...), and (...) completely shares the fundamental values and principles that forms most Europeans’ vision of the world (Putin, 2007).

Relativamente à Rússia é necessário considerar determinados aspectos, tais como: em primeiro lugar, o facto de esta ter aderido a uma política globalizada, promovendo a sua integração internacional. Em segundo lugar, a economia russa nunca foi tão integrada como é actualmente, com níveis de crescimento interno relevantes. Por último, a Rússia tem unido esforços para cooperar com a UE. Isto verifica-se através do discurso de Medvedev:

We are ready to work with the European Union on a creating an early warning mechanism in the energy sector, with the participation of the transit countries, of course. We are also ready to examine the possibility of establishing international consortiums that would operate transit pipelines with the participation of companies from Russia, the European Union and the transit countries (Medvedev, 2008).

O Presidente russo aponta ainda para a ideia de que é:

Possible to build up genuinely equal cooperation between Russia, the European Union and North America as three branches of European civilisation (Medvedev, 2008).

O Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, expressou a necessidade de reforçar uma parceria estratégica, com valores e interesses comuns relativamente à relação UE – Rússia:

I look forward to a constructive and substantive Summit with President Medvedev, which will bring further progress to our strategic partnership. (European Movement, 2011).

A preocupação europeia na promoção dos valores e interesses comuns demonstra a visão construtivista perante a relação UE – Rússia. Todavia, por trás de *official statements*, a Rússia não tolera que a UE questione a sua política interna, isto é, as inúmeras tentativas europeias de fazer com que o Kremlin altere a sua política não tiveram resultado.

No campo comercial, as relações entre os actores prevalecem de forma sólida. A Rússia é agora o terceiro parceiro mais importante da UE 27, depois dos EUA e da China (Eurostat, 2007). Em 2006, contava com 62% das exportações europeias e 10,4% das suas importações, assistindo-se a um aumento de 2,7% e 6,4%, respectivamente, em relação ao ano de 2000 (Eurostat, 2007). Isto deve-se ao aumento dos preços da energia, que também aumentaram significativamente, de 2000 para 2006 aumentaram de 36 biliões para 94 biliões de euros (Gomart, 2008).

Posto isto, é relevante assinalar que os Estados membros da UE têm interesses políticos e económicos diferentes nas suas relações com a Rússia. Assim, a relação UE – Rússia deteriorou-se no campo económico mas intensificou-se ao nível comercial.

Assim, a energia continua a ser o ponto fulcral de cooperação. Mas será que a UE continuará a depender da energia russa durante muito mais tempo? Isto explica-se por: construção de gasodutos que liguem directamente a UE com o Médio Oriente, têm servido como resposta face ao problema da dependência energética. A UE tem exercido esforços para procurar alternativas de importação de energia, fomentando uma crise financeira na Gazprom (MaximsNews Network, 2007). A energia é, assim, das suas armas mais poderosas que equilibra a Rússia, face ao enfraquecimento na área económica e institucional. A Gazprom rejeita a ideia de liberalização, pelo que prejudicaria a economia da empresa directamente. Posto isto, as relações Rússia – UE, actualmente, são mais de competição no mercado energético, do que de cooperação (Gorjão, 2011). Por motivos de enfraquecimento económico da empresa Gazprom, e pelas ameaças de “fechar a torneira” à UE, esta tem estabelecido acordos com condutas de gás liberalizadas recentemente, uma alternativa que preocupa Moscovo.

Capítulo III – A “Guerra das torneiras” e a arma energética

Este capítulo tem como objectivo enquadrar o fenómeno da análise discursiva no estudo de caso, alternado com momentos descritivos que procurarão fundamentar o tema da dissertação, assim como as mudanças nas políticas, quer da Rússia, quer da União Europeia. Estas mudanças serão compreendidas através do comportamento de cada uma das partes, tendo como base o discurso.

1. UE e a sua capacidade energética

Para melhor compreender a mudança nas linhas de planeamento de acção da UE, é necessário aferir o factor da dependência energética e as relações de Estados particulares da UE com a Rússia. Classificar os Estados europeus como um grupo unificado seria um erro, tendo em conta que existem algumas diferenças. É, por isso, necessário explicá-las e analisá-las, de modo a justificar o porquê da UE procurar alternativas à dependência clara da energia russa. Acrescenta-se a isto os padrões de comportamento da Rússia, através da sua disputa com a Ucrânia. Serve isto para corroborar o discurso de “hard power” que a Rússia utiliza. São estes os factores de análise relevantes para o tema proposto.

A UE procura diminuir a sua dependência energética, através de acordos com outros países fornecedores de gás em alternativa à situação de dependência russa. As respostas aos projectos de gasodutos russos, exemplificando com o

projecto de Nabucco⁶, abriram novas portas de saída para a UE. As preocupações europeias relativamente à questão energética baseavam-se, sobretudo, nas questões de economia e de mercado. Com isto se quer dizer que os objectivos da UE passavam pela liberalização do sector energético, para promover a competição entre os Estados europeus de forma justa, atingindo a segurança energética. Citando Gunther Oettinger:

The demand side in the EU is only one side of the picture. It is equally important to know how the Russian market will develop, what will be the available production and export capacity for oil and gas, and whether the investment climate in Russia will improve to attract European companies. The more companies – including European ones – are active in the Russian market in future the more they will seek export opportunities to Europe relying on more flexible use of export routes (Oettinger, 2011).

O posicionamento da Rússia no sector energético é muito forte e a UE não conseguiu atingir o seu objectivo de adopção de uma política energética comum, o que fragiliza a sua posição, como será analisado adiante. Claro está que a UE necessitava de recorrer a alternativas, de modo a diminuir a dependência energética com a Rússia.

1.1. O papel limitado da UE na energia

As bases da política externa da UE foram estipuladas pela Comissão Europeia no Green Paper de 2006, no qual defende o desenvolvimento,

⁶ Ver anexo II.

competitividade e a segurança do sector energético (Green Paper, 2011). Citando o anterior Comissário Europeu para a Energia, Andris Piebalgs:

A realização do mercado interno, a luta contra as alterações climáticas e a segurança do abastecimento constituem desafios energéticos comuns que implicam soluções comuns. Chegou a altura de adoptar uma nova política energética europeia (Comissão Europeia, 2006).

A Comissão Europeia fundamenta a necessidade de diversificar a produção e distribuição energética, criando relações com os países fornecedores e os países de trânsito. Desta forma, a criação de uma política energética comum tornou-se uma prioridade para a UE. A Comissão demonstrou, ainda, um sentimento de preocupação pelo aumento da procura de energia a nível mundial. Prevê-se que a procura energética mundial aumente cerca de 60% até 2030. O consumo global de petróleo aumentou 20% desde 1994 e prevê-se que a procura global de petróleo cresça 1,6% ao ano (Comissão Europeia, 2006). Os preços do petróleo e do gás também aumentam excessivamente, tendo quase duplicado na UE nos dois últimos anos. Sendo que o mercado não garante uma total segurança no sector energético, pelas variações de preços, falta de competitividade e pela posse demasiado concentrada do petróleo e do gás em países de pequena dimensão (Comissão Europeia, 2006), torna-se relevante dar primazia às relações bilaterais da UE, ou seja, com Estados vizinhos. O objectivo destas relações é o de estreitar as negociações, neste caso energéticas, dos países europeus com Estados estrategicamente próximos, de forma a atingir a eficácia e a segurança do sector energético. Praticando o “soft power”, a UE pretendia negociar com os países mais próximos desta, de modo a garantir os seus interesses, entre os quais,

segurança energética. À luz do Construtivismo, esta tem como objectivo definir a sua identidade através do desenvolvimento dos seus princípios.

Neste contexto, as relações entre a UE e a Rússia sempre foram um caso à parte. Não se tratava apenas da posição estratégica russa que fazia temer os europeus. A divergência interna que se vivia na UE transparecia à escala mundial (Manners, 2002). A própria competitividade entre Estados europeus deu lugar a uma desconexão dos factores estipulados na política energética comum. Diferentes interesses estratégicos dos Estados membros da UE com diferentes relações com a Rússia conduziram à ausência de conciliação de interesses e objectivos.

Apesar disto, a UE apresenta factores económicos vantajosos, da economia total 28% corresponde ao PIB mundial e o mercado consumidor integrado da UE é o principal destino dos produtos chineses (Chossudovsky, 2011).

1.2. Uma UE fragmentada e dividida

Tendo em conta o panorama do sector energético a nível mundial, o papel da UE, apesar de limitado, é relevante. Fazendo parte do grupo dos grandes consumidores de energia, além dos EUA, a UE demonstra uma clara dependência energética, sendo que, por exemplo, em 2003, a Dinamarca e o Reino Unido foram os dois únicos países da UE 25 exportadores líquidos de energia (Renovare, 2007). Os países europeus que dependem indirectamente da importação de energia da Rússia são claramente os mais afectados. Os que mantêm relações mais

próximas com a Rússia são os que mais beneficiam da importação directa do gás natural, daí as divergências entre países dentro da UE. Isto, porque os Estados membros da UE tinham visões, interesses e relações diferentes no que respeitava à Rússia (Leonard *et al.*, 2007). A incoerência existente entre os Estados membros é questionada pelos oficiais europeus, como defende Peter Mandelson:

The incoherence of European policy towards Russia over much of the past decade has been frankly alarming. A strong partnership between Russia and Europe can only be based on a strong Russia – and a strong EU” (Mandelson, 2007).

Este discurso foi apenas feito após Javier Solana, então Comissário para a Política de Segurança Comum, afirmar:

Every member state has of course bilateral relations with Russia, which are marked by individual interests and an individual history. It would however be wrong to assume that the Eastern European countries look differently towards Russia than the ‘old’ Member States, which, experience has shown is certainly not the case. It would be even more wrong to assume that one block of countries put pressure on another block to make them adopt ‘their’ view on the relationship with Russia. In the context of the EU’s CFSP, we always act with the consent of every single member state. This is an inherent part of what the EU is about in the area of foreign relations (Solana, 2007).

Esta divergência de discursos remete para a incoerência entre os Estados membros da UE. Esta é, de facto, vulnerável na questão energética. Como afirma Peter Mandelson:

European nations have failed to sublime their own national interests – and those of the national champions – for the greater European good. They have kept energy national, and as a result the costs of energy have been higher and security lower. There is no European grid, and no European storage. There is not much of a European energy market (Mandelson, 2007 pág. 24). As divisões dentro da UE, são distinguidas por grupos mais e menos próximos da Rússia.

Países como a Irlanda, a Dinamarca e a Espanha pretendiam desenvolver o sector energético (Leonard *et al.*, 2007). A Grécia fazia parte dos que defendiam os interesses da Rússia no sistema europeu. Os denominados de novos guerreiros, Polónia e Lituânia, tinham uma relação hostil com a Rússia (Gromadzki, 2005). A Rússia estava a par do presente contexto, aproveitando-se disso para dividir ainda mais os Estados e poder obter o controlo sobre os mesmos. Como afirma o Comissário da UE, Peter Mandelson:

“No other country reveals our differences as does Russia. This is a failure of Europe as a whole, not any member state in particular” (Mandelson, 2007 : 16).

A dependência europeia face aos recursos de origem russa evidencia a necessidade da UE procurar alternativas de diversificação dos recursos energéticos, utilizando o “soft power” como mecanismo de actuação, nomeadamente através do projecto de Nabucco. Porém, a Comissão tem de ter em consideração as diferenças dos interesses nacionais de cada Estado membro da UE relativamente à Rússia. Esta afirma que, devido à complexidade europeia de chegar a uma decisão, é dada primazia às relações bilaterais com os Estados membros de forma separada.

A Alemanha, França, Itália e Reino Unido centravam-se nas relações com a Rússia, sobretudo a França e a Alemanha através da designada “special relation” (Leonard *et al.*, 2007). Esta última era considerada uma ponte de ligação entre as potências de Este e do Oeste da Europa. Nesta relação especial encontram-se aspectos comuns que norteiam a cooperação entre a Alemanha e a Rússia. Para a Rússia, a Alemanha é um forte parceiro comercial, para desenvolver o campo económico. Para a Alemanha, a Rússia é um parceiro fiel nas relações energéticas e considera o mercado russo uma oportunidade de desenvolver a sua economia (Rahr, 2007). Os Estados membros, Alemanha, França, Itália e Reino Unido, em particular, desenvolveram as suas próprias posições na relação com a Rússia. Desta relação bilateral, nasceu o projecto do gasoduto Nord Stream⁷, que será analisado na próxima secção.

1.3. A criação do Nord Stream, Nabucco e South Stream

Um dos acordos energéticos a salientar foi que permitiu iniciar a construção do gasoduto Nord Stream, entre a Alemanha e a Rússia, via Mar Báltico. Está previsto que este gasoduto esteja concluído em 2012, e será fulcral para a passagem directa da energia da Rússia para a Alemanha, sem a intervenção de outros países na sua passagem. O projecto é definido como:

Nord Stream’s twin pipelines each consist of 101,000 12-metre long 48-inch diameter concrete-weight coated steel pipes each weighing about 23 tonnes.

⁷ Consultar anexo III.

The pipes of the first line were welded together on board special pipelay vessels and laid on the seabed along a precisely defined route which had been agreed with the authorities of the five countries through whose waters the pipeline passes: Russia, Finland, Sweden, Denmark and Germany (Gazprom, 2011: 1).

O projecto Nord Stream (Nord Stream, 2010) apresenta uma infraestrutura chave para a ligação entre a UE e o fornecedor de gás principal do mundo, passando pela Zona Económica Exclusiva (ZEE) de cinco países: Rússia, Finlândia, Dinamarca e Alemanha. Alexey Miller, Presidente do Comité da Gazprom, refere:

Once finished, Nord Stream will offer at least 55 bcm of natural gas per year to a range of northern European markets, such as Belgium, France, the UK, Germany, and other countries. In case of necessity capacity of the Nord Stream may be further expanded. (Gazprom, 2010).

Contudo, este gasoduto apresenta graves problemas para o resto da UE. Em primeiro lugar, gera maior dependência europeia na energia russa; em segundo lugar, há o perigo dos países que transportam a energia perderem o apoio da UE, em caso de tensão com a Rússia, e ficarem isolados. Miller afirma:

A particularity of the project implementation scheme is that for the first time in the history of Russian supplies gas will be delivered for 50 years through the Nord Stream gas pipeline from a specific field (one of the largest in Russia) thus directly joining the producer with the end consumer (Gazprom, 2010).

Existe ainda a possibilidade da Rússia aumentar o preço, o que preocupa os restantes países do Oeste e Centro da UE. Stavros Dimas, membro da Comissão Europeia mencionou:

As you know, the Nordstream project consists of constructing an offshore gas pipeline from Russia through the Baltic Sea to Germany. All the 9 countries around the Baltic Sea are therefore concerned, and, in particular, Russia and Germany. The pipeline is also of specific interest to Finland, Sweden, and Denmark, due to the planned route of the pipeline within their respective exclusive economic zones. Estonia, Latvia, Lithuania and Poland are affected as neighbouring countries in the area. (Dimas, 2008: 2).

Mediante a visão construtivista, a perspectiva da Comissão aponta para a ideia de que os interesses europeus estão a ser afectados. A Alemanha pode tornar-se mais dependente da Rússia ao nível energético, numa lógica de estar centrada num único fornecedor, e na ausência de diversificação. Em contrapartida, a Gazprom vê o seu poder crescer, porque deixa de se preocupar com os países de trânsito, e impõe os seus próprios preços, reduzindo o clima de segurança energética (Gotz, 2005). Este projecto potencia não apenas uma dependência alemã mas também russa, numa lógica de benefícios para ambas as partes.

1.3.1. O Projecto Nabucco

O gasoduto de Nabucco foi uma tentativa europeia de diversificar as condutas de energia. É uma ponte de ligação que transita 31 bcm de gás, e vai desde a Ásia Central e do Médio Oriente, via Turquia, Bulgária, Roménia, Hungria e Áustria, até à UE (Nabucco Pipeline, 2010). O objectivo é o de diminuir a dependência energética da UE, contudo, o Nabucco trata-se de um projecto ainda em curso (Nabucco Pipeline, 2010), pelas questões de conflito da

região iraniana e pela falta de gás. Algumas das repúblicas da Ásia Central não têm recursos suficientes para alimentar o gasoduto. Esta região é composta pelas seguintes repúblicas: Cazaquistão, Turquemenistão e Uzbequistão, Quirguistão e Tajiquistão, sendo que estes dois últimos, respectivamente, não têm recursos energéticos (Freire, 2010). Gunther Oettinger aferiu:

Nabucco is an infrastructure project indeed but also a symbol of the new partnership with the Caspian region at the same time (Nabucco Pipeline, 2010).

A isto acrescentou-se o facto de ainda não ter sido finalizado o gasoduto, pela falta de acordos com os *supplier countries* (RFE/RL, 2010), questionando a viabilidade do gasoduto. Putin afirma:

“Building a pipeline without supply contracts is pointless and extremely dangerous” (RFE/RL, 2010).

1.3.2. South Stream Pipeline

Em resposta ao gasoduto de Nabucco, a Rússia desenhou o gasoduto South Stream⁸, em 2007 (Nabucco Pipeline, 2010). O projecto South Stream tem como objectivo transitar 63 bcm de gás por ano da Rússia, atravessando o Mar Negro até à Bulgária, onde a conduta se divide, em que uma parte vai para a Áustria e a outra parte para a Itália (RFE/RL, 2010). Neste projecto, há uma ligação do país russo com a Itália via Grécia, e cria, assim, uma crescente dependência europeia. Isto deve-se ao facto de a Rússia estabelecer relações com Estados membros da

⁸ Ver anexo III.

UE, dando lugar a uma aproximação europeia à Rússia. Neste contexto, Putin afirma:

As concerns South Stream, the main market is northern Italy. This is obvious. And that is the reason we are here actively working with the Italians. (RFE/RL, 2010).

Para este efeito, de relacionamento russo com alguns Estados da UE, Putin acrescenta:

We agreed [the Russian and Italian sides] that French partners will enter the project. Electricite de France has agreed and expressed a desire to take a 20 percent stake [in the project]. In June this year in St. Petersburg, the appropriate agreements on this will be signed (RFE/RL, 2010).

Deste modo, Oettinger refere:

Turning towards South Stream: it is not our top priority, but we recognise its value, in particular for Russia, for diversification of routes. We will support South Stream in its administrative processes in the EU, and we will not impose any unreasonable or unjustified level of administrative or regulatory requirements. We will act as fair partners (Oettinger, 2011: 3).

A fim de diversificar as suas fontes de energia, a UE tem procurado criar novas condutas de gasodutos com países do Médio Oriente. Desta forma, poderá criar alternativas à dependência da energia russa. Oettinger afere ainda:

We have a European interest in the southern corridor. We believe that we need a long-term strategy for Europe and our gas markets for the direct importation

from [the Caspian region] of not only, but gas as well, Nabucco is a possibility. There are [also] other pipelines, like South Stream. It is decisive that we build direct connections to the sources in the Caspian basin over the next decade (RFE/RL, 2010).

1.3.3. BTC: acesso e recursos da UE

De forma a procurar diversificar as redes de conduta energéticas europeias, foram criadas vias de transporte de recursos energéticos. Os projectos mais significativos e que mais avançaram foram o BTC e o BTE⁹. O projecto pioneiro foi o que forneceu petróleo à UE, oriundo do Mar Cáspio, o BTC¹⁰. Assinado em 1999, o BTC é um projecto de transporte que liga o Mar Cáspio ao Mediterrâneo Oriental e contorna o território da Rússia, transita pelo Azerbaijão e Geórgia até ao porto turco de Ceyhan (Chossudovsk, 2011). A importância da Geórgia enquanto país de trânsito é a de exportar os recursos, como refere o Comissário Europeu para a Energia:

The relevance of Georgia as a transit country for the transport of oil and natural gas resources from the Caspian region to the EU was particularly enhanced by the completion of the Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC) oil pipeline and the completion of the Baku-Tbilisi-Erzurum (BTE) gas pipeline, also known as the South Caucasus Pipeline (Oettinger, 2010).

O BTC trouxe benefícios à Geórgia, e aproximou esta ainda mais do Ocidente. Como aferiu Oettinger:

⁹ Consultar anexo IV.

¹⁰ Consultar anexo I.

Georgia looks at Europe from the shores of the Black Sea. We want Georgia to grow in Europe's direction. In order to do so, we totally support Georgia's full market integration with the European Union on the basis of EU energy and environment legislation (Oettinger, 2010).

Alusivo ao contexto teórico, com a utilização do “soft power” por parte da UE através da promoção dos princípios europeus na região por interesses na mesma, esta aproximação UE – Geórgia gerou descontentamento na Rússia.

O projecto BTC tornou-se num ícone pela ideia de que as ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central se iriam tornar mais independentes no campo energético. Tanto os problemas económicos como as questões ambientais que se foram levantando ao longo da construção do projecto foram sendo ultrapassadas, tendo sido para a UE bastante significativo (BTC Project ESA, 2002). Para a UE abriu portas para diversificar as suas condutas de energia, e trouxe outras oportunidades, como possíveis investimentos no sector energético. Com o processo do BTC desenvolvido, dá-se a sua continuidade com o BTE, que contou com o apoio dos EUA e da UE, com o objectivo semelhante ao BTC (BTC Project ESA, 2002).

Perante isto, a Rússia assumiu o receio de perder espaço de influência nesta área que, como se explica posteriormente neste capítulo, teve desde sempre grande domínio energético na zona do Mar Cáspio. A Rússia tinha por objectivo expandir a sua influência pelas riquezas desta área. Com a intervenção militar da

OTAN no Afeganistão, os EUA e a China demonstraram cada vez mais interesse pela área, devido à sua forte posição estratégica (Frickeinstein, Ten-Cel, 2010). Esta ambição fortuita pela região preocupou bastante a Rússia.

Neste contexto, demonstra-se a utilização do “soft power”, pelo facto da UE negociar a questão energética com outros países. Citando Oettinger, o estreitar das relações com a zona do Mar Cáspio foi muito vantajoso:

“More than ever before, the prosperity, stability and security of our neighbours around the Black Sea are of immediate concern to the EU” (Oettinger, 2010).

Visto que o BTE termina na Turquia, foi construído nesse sentido o projecto de Nabucco, mencionado no capítulo anterior. Este último projecto, de Nabucco, acabou por suscitar uma resposta por parte da Rússia, com o projecto Nord Stream, também aferido no capítulo anterior. A Rússia procurou, desta forma, reforçar a sua posição na região.

Mas os esforços da UE para influenciar os actores da cena internacional começam a perder consistência. A falta de estabilidade interna conduziu a diferenças de princípios e valores e, conseqüentemente, a utilização de “soft power” já não se verifica de igual modo. Isto deveu-se a alguns membros da UE, como a Alemanha, o Reino Unido e a França, manterem as suas próprias políticas externas que divergem consoante os seus interesses, nomeadamente Alemanha e França, que estabelecem relações próximas com a Rússia. A China, sendo um dos maiores consumidores energéticos, e a Rússia, um dos maiores exportadores, estes

aproveitam-se das divergências europeias para fazer com que os seus membros compitam em questões como direitos humanos e segurança energética (Chossudovsky, 2011).

2. A “bomba energética” russa

O estreitar das relações entre a Rússia e alguns dos Estados membros da UE revela o seu planeamento de acção para atingir os seus objectivos, utilizando o “soft power” para tal, isto é, exercendo influência indirecta sobre os Estados através dos seus princípios. Esta acção patenteia-se pela aproximação da Rússia a determinados Estados europeus, dando lugar à crescente divisão interna da UE.

A Rússia tem diversificado as rotas de gás com Estados individuais da UE, através dos projectos de Nord Stream e South Stream, e tem recursos que podem influenciar os restantes países, através de exportação de energia a preços baratos, acesso a um mercado de trabalho liberal, entre outros. A ideia de interdependência estabelecida pela UE é criticada pela Rússia, na medida em que não se coaduna com a ideia de partilhar interesses e igualdade, mas sim de obter posição dominante e independência. Como explica o analista russo, Fyodor Lukyanov, a interdependência aumenta a tensão entre as partes:

Europeans think ‘integration’ means Russia gradually moving towards the European model, while for today’s Russia, integration means ‘asset swaps’. You can’t have an agreement on interests unless you at least agree on some basic concepts (Chossudovsky, 2011).

O interesse da Rússia é o de se transformar num actor dominante, instrumentalizando a energia como arma para ameaçar os Estados dependentes da mesma. No que respeita à dependência da UE da energia russa, a Rússia revela uma acção de “hard power” para obter o controlo sobre a UE, demonstrando que tem poder para alterar a equação da segurança energética. Exemplo disso é o caso da disputa de gás entre a Rússia e a Ucrânia, que é importante analisar, tendo afectado a UE enquanto actor dependente da energia russa.

2.1. A relação Rússia – Bielorrússia

Relativamente à Bielorrússia, a sua dependência face à Rússia é, de facto, muito elevada. Em 1993, Alexander Lukashenko, manteve o seu regime com o apoio da Rússia, instituindo simbologias e linguagem oficial do regime soviético. A política imposta pelo governo russo foi bem sucedida no país, tornando-se, assim, num regime pouco democrático. No ano de 1999, foi estabelecido o Tratado para a Criação de um Estado Unificado, ponto de relevância para as relações Rússia – Bielorrússia (Martinsen, 2002). Ao nível energético, a Bielorrússia dependia bastante da Rússia. No ano de 2000, o deficit da Bielorrússia face à Rússia era de um nível elevadíssimo, visto que aquela era totalmente dependente do gás desta e o preço não garantia o pagamento da dívida permanente (RFE/RL, 2000).

Apesar da pressão exercida pela Gazprom para que a dívida fosse saldada, não foi bem sucedida. A posição estratégica da Bielorrússia demonstra um claro interesse para a Rússia, explicando o seu apoio constante. Em troca deste apoio, a

Rússia assegura uma relação privilegiada com um país que faz fronteira com a Polónia (Martinsen, 2002). Assim, a Rússia conseguiu reforçar as suas empresas com produtos nacionais. Todavia, os contínuos empréstimos ao país sem contrapartidas começaram a decair, e a Rússia verificou que o grau de dependência bielorusso em relação a si constituiu algumas restrições, fazendo com que a energia fosse instrumentalizada. Com a construção do gasoduto Yamal¹¹, a Gazprom baixou o preço do gás para a Bielorrússia, mas o gás acabou por ser mais caro para os bielorussos tendo em conta que as quantidades transitadas ultrapassaram o decréscimo do preço de venda do gás (Agata, 2001). Em 2002, começa o período de crise entre a Rússia e a Bielorrússia, quando Lukashenko se apercebeu que tinha uma vantagem perante a Rússia, designadamente as suas estruturas de trânsito para distribuição de gás. Lukashenko afirmou:

But I do not think that it is an officially acknowledged course of Russia and that it will follow this course. Otherwise, Russia will lose Belarus and it will be irreparable damage (Lukashenko, 2010).

Em 2003, o presidente bielorusso concedeu uma posição na Beltransgas¹² à Gazprom, um processo que gerisse o sistema bielorusso, mas este não foi bem sucedido. Desta forma, o fornecimento de gás à Bielorrússia foi interrompido, por incumprimento do acordo. O confronto energético não ficou resolvido, pelo que, actualmente, as relações políticas entre as partes estão cada vez mais difíceis. Como afirmou o Presidente bielorusso:

¹¹ Consultar anexo V.

¹² Gasoduto que transita gás natural da Rússia para a União Europeia.

“Such policy on behalf of Russia will result in very bad consequences for the Russian Federation” (Lukashenko, 2010).

Todavia, apesar do clima de conflitualidade vivido na relação Rússia – Bielorrússia, é uma relação incomparavelmente melhor do que a que a primeira detém com a Ucrânia. A instrumentalização da energia em ambas as relações é visível, através do aproveitamento dos recursos energéticos de modo a criar uma situação de dependência com o Estado vizinho. É necessário, por isso, ter em conta que independentemente das relações bilaterais diversas, a construção da identidade de um Estado leva-o a agir da mesma forma, quer sejam relações com Estados fracos ou fortes. Neste propósito, apesar da instrumentalização da energia como forma de actuação conduzir ao “hard power”, em termos militares, a actuação da Rússia para com a Bielorrússia e a Ucrânia é de “soft power”, estabelecendo os seus valores na região, procurando desta forma aumentar a sua influência. A capacidade russa de exercer o “soft power” sobre a Bielorrússia é considerável, dada a forte influência da sua cultura no país.

2.2. A disputa no relacionamento entre a Rússia e a Ucrânia

A partir de 1990, a tensão no sector energético Rússia – Ucrânia já se verificava. Posteriormente, em 1998, a Rússia atravessou um período crítico económico, evidenciando a necessidade de aumentar as suas receitas com o sector energético. Em 2000, é estabelecido um acordo entre as partes, que fez com que a Rússia procurasse diversificar os países de trânsito, através da construção de novos gasodutos.

Em 2001, a dependência russa para com o sistema de distribuição da energia da Ucrânia, era significativa, visto que a Ucrânia exportava cerca de 90% do total de gás para a UE. Em 2004, a Bielorrússia, a Ucrânia e a Moldova eram os principais países de trânsito dos recursos energéticos. Todavia, com o desenvolvimento do sector energético russo, Moscovo teve oportunidade de alterar a sua política externa tornando-se, assim, num dos mais importantes fornecedores de gás do mundo. Em 2006, a disputa de gás entre a Rússia e a Ucrânia criou um período de desentendimento entre ambos, fazendo com que a UE se preocupasse com a sua segurança energética (RFE/RL, 2009). Sendo a Ucrânia um país de trânsito, era a ponte essencial de passagem do gás da Rússia para a UE. O problema é que a Ucrânia redistribui, por meio dos seus gasodutos, 80% do gás russo vendido para a UE, sendo que um quarto do gás europeu provém da Rússia (Salatiel, 2009). Como resultado, a disputa entre os dois países ganhou dimensão internacional.

Em 2008, a Gazprom anuncia um novo corte de gás de cerca de 50% na Ucrânia, devido à ausência do pagamento da dívida ucraniana (Canêdo, 2006), pelo fornecimento de gás da Rússia em 2007. Moscovo exige mais dinheiro de Kiev em troca do combustível, e Kiev exige taxas mais altas para o transporte do gás pelo seu território até a UE Ocidental (Soric, 2009). No âmbito desta tensão Rússia – Ucrânia, outro motivo pelo corte de gás da Rússia na Ucrânia foi o aumento do preço do gás proposto pela Rússia, não tendo sido bem aceite pelos ucranianos. Iniciaram-se, assim, as negociações entre a Rússia e a Ucrânia numa tentativa de partirem para um acordo.

A disputa entre a Rússia e a Ucrânia foi acentuada pelo desejo desta última aderir à UE, apesar da inexistência de um pedido formal, sendo visto como uma afronta que a Rússia considerou como inaceitável. A Ucrânia percebeu que ficara de fora de um futuro alargamento europeu. A decisão da Gazprom de aumentar o preço dos gasodutos exportados para a Ucrânia deu-se no seguimento de impedir a aproximação da Ucrânia à OTAN (Milhazes, 2008). Perante esta situação, a Rússia e a Ucrânia assinaram um acordo, mediado pela UE, para restabelecer o fornecimento do gás à UE (Comissão Europeia, 2009).

Contudo, os dois países permaneceram em desacordo, não estando dispostos a fazer cedências. A relação Rússia – Ucrânia baseava-se num binómio de força e fraqueza, a nível político interno e externo, pelo que uma Ucrânia forte e coesa ao nível interno, significava uma Ucrânia forte face à tentativa de controlo russo. Bruxelas apelou, assim, a uma solução de longo prazo. Citando o Comissário russo para a energia, Sergey Shamtko:

Unfortunately we found that the prepared document makes not a single mention of Russia as a principal supplier or a strategic partner to Ukraine and to the European Union as a gas supplier (...) we are of the view that the success of the project is possible only with the active participation of all interested parties (...) As we understand the development of the political situation in Ukraine, this idea [by the Commission] will not be realized. Therefore, we strongly believe that somebody has been in a big hurry, with this conference, in order to use this moment of time to have this declaration signed on these principles (Euractiv, 2009).

Desta forma, a Rússia não se dispôs a ceder perante a questão energética com a Ucrânia, demonstrando, pelo discurso do Comissário para a Energia russa acima mencionado, uma acção indirecta de afirmação de poder. A tensão entre a Rússia e a Ucrânia trouxe consequências nos fornecimentos de gás à UE, pelo que se tornou preocupante a necessidade de reduzir a dependência europeia face à energia proveniente de países terceiros. Foi por isso que o Comissário russo para a Energia reforçou a seguinte ideia:

Unfortunately a note of mistrust remains in the energy field between Russian and European partners. A consequence of it is the actively pursued policy of diversification. The European Union is looking for new sources of energy resources and routes to supply them to the consumers. And we honour such a policy of the European countries and work ourselves on new supply directions (Euractiv, 2009).

A base de que Rússia procura vincar a sua posição e influenciar países terceiros, é uma base com ramificações complexas. Isto é, a relação da Rússia com a União Europeia desenvolve-se sob diferentes padrões: a questão geográfica, económica, energética e social. Apesar de serem países vizinhos, de serem territórios estrategicamente próximos, de terem relações económicas bastante desenvolvidas, divergem nos restantes aspectos. A questão social encontra-se condicionada pela questão energética e a dependência europeia face à energia da Rússia é um problema constante. A Rússia procura exercer influência na UE para deter poder neste sector e controlar o mercado energético, conjugando os seus interesses. Contudo, a ideia linear de que o modo de actuação russo se cinge ao

“hard power” não se verifica no seu todo. À luz do Construtivismo, a construção da identidade por parte dos Estados é um modo de conjugar os interesses de cada um, interagindo com o outro. A Rússia pressiona a UE, instrumentalizando a sua energia, mas procura outros meios de actuação, como nota a Comissão Europeia:

“Russia is entering new markets and takes the way of maximally eliminating country-based risks to transiting its energy carriers” (Euractiv, 2009).

Neste propósito, a Rússia procura diversificar o seu mercado para eliminar possíveis riscos, ou seja, utiliza o “soft power”.

Perante a dependência europeia da energia proveniente da Rússia, a procura de alternativas, por parte da UE, suscitou uma crescente tensão por parte da Rússia. Contudo, Shamtko afirma, enquanto porta-voz de uma Rússia preocupada e com interesses vincados, em permanecer como principal fornecedor energético internacional promovendo a ideia de cooperação:

But we cannot limit ourselves to the gas sector alone. I think that we have a large potential for cooperation both in renewable energy, hydro energy and some areas of non-traditional energy. We have something to propose each other in these fields both in terms of technology and new forms of management. The mechanisms of the Energy Dialogue itself also need to be modernised (Euractiv, 2009).

Com o objectivo de controlar os oleodutos e gasodutos da Ásia Central, a Rússia intervém na região para se expandir no campo energético. Contudo, tornou-se numa actuação cada vez mais caracterizada como de “soft power”,

passando pelo aumento de influência económica e cultural, essencialmente. Este interesse russo foi fulcral, pois a região da Ásia Central necessitou de assegurar o seu poder energético enquanto actor fornecedor, assim como a Rússia procurou unir esforços para tentar isolar os países da Ásia Central para manter a dependência destes face à Rússia (RFE/RL, 2010).

Para este efeito, a Rússia não foi bem sucedida, acabando por negociar com os países da Ásia Central. Em troca do controlo russo na região, estes recebem pagamentos pela distribuição do gás e do petróleo, proporcionando-lhes algum apoio financeiro. Ora isto demonstra, claramente, a utilização do “soft power” russo como forma de actuação para construção da sua identidade e conjugação dos seus interesses.

Conclusão

A parte conclusiva deste trabalho de investigação centra-se na correspondência entre o modelo teórico utilizado e o estudo de caso empírico, onde serão demonstradas as acções de poder dos actores relativamente à utilização da energia. Ao longo da análise desta dissertação, foi possível aferir que a relação entre a Rússia e os Estados europeus é deveras complexa no que toca ao campo da energia. Evidenciou-se, de forma clara, a utilização da energia como instrumento de política externa para alcançar os interesses em diferentes actores e de diferentes maneiras, como com a UE, com a Ucrânia, a Bielorrússia e algumas ex-repúblicas soviéticas. Estes actores foram relevantes para compreender o nível da dependência energética de alguns dos Estados do sistema internacional, tendo sido estes os escolhidos para demonstrar determinados padrões de acção russos e europeus. Soma-se a isto a forte dependência energética que é um problema a considerar, e dos discursos utilizados pelos actores acerca do mesmo. Denotou-se que a linguagem varia consoante os momentos e acções, e que a construção discursiva se altera conforme os interesses de cada actor, como em alguns casos de influência russa na região, utilizando “soft power” e instrumentalizando a energia, “hard power”, a escolha das palavras é estratégica e modifica-se consoante a situação. Contudo, o comportamento de um Estado em relação a outro tende a seguir um padrão constante.

A tentativa de criar insegurança nos Estados dependentes de energia, por parte da Rússia, e a aspiração pela independência energética, por parte da UE, são objectivos que ainda não foram concretizados por nenhuma das partes. Cabe, aos

Estados dependentes procurar alternativas de diversificação das condutas de energia, abrindo portas de saída à dependência energética.

O sector energético apresentou-se sob a perspectiva de diferentes tipos de poder: “soft power” e “hard power”. Ao analisar o comportamento dos actores envolventes no estudo de caso verificou-se que existe validade de correspondência no elemento teórico construtivista. Os diferentes tipos de poder, utilizados quer pela Rússia quer pela UE, foram exemplo demonstrativo da utilização da energia de formas divergentes, e o discurso utilizado por cada uma das partes encaixou com a acção das mesmas no sector energético. A lógica da interdependência UE – Rússia, expôs a construção de todo um processo de identidade, de política externa e interna, correspondendo à teoria construtivista. O “hard power” e o “soft power” foram formas de utilização de poder que serviram para expressar as ideias e os interesses de cada Estado, contribuindo para a construção da sua identidade.

Apesar disso, os tipos de poder mencionados não definem o actor respectivo na sua totalidade. Com isto se pretende explicar que os diferentes tipos de poder se desdobram consoante a política externa de cada Estado. A ideia da Rússia utilizar o “hard power” verificou-se pela utilização da energia como um instrumento para exercer coerção e ameaça ao uso da força sobre a UE. Todavia, esta ideia tem limites, pois a credibilidade de um Estado pode decair, pela utilização deste poder para todos os tipos de actuação, como se verificou nos casos da Bielorrússia e Ucrânia, a Rússia não seria bem sucedida se utilizasse “hard power”. A ameaça russa na UE pode ter repercussões para os russos, pois as estratégias dos Estados vão sendo alteradas e o uso da força ou a ameaça da

mesma pode ter repercussões negativas para o Estado que as utiliza. Por isso, não foi única esta utilização de poder, pois estes não são definíveis em absoluto para um Estado, podendo ter mais do que um tipo de exercício de poder sobre outros. No que respeita ao “soft power”, foi um tipo de poder associado à UE, pois perante todo o cenário de insegurança, a UE procurou outras alternativas de condutas de gás para perder dependência energética, e poder, através da sua cultura, promover os seus princípios noutros Estados, foram um claro exemplo. Ainda assim, a probabilidade de fazer com que o sujeito não aceite positivamente esta influência pode criar uma situação de conflito, e neste caso já não se considera ser “soft power”. Assim, limita as actuações deste poder, não sendo exclusivo a este actor.

Estes tipos de poder, na análise da questão energética, verificam-se ao longo do discurso europeu e russo, nas estratégias que delinearam e ainda nas acções que realizaram perante a situação energética.

A UE não tem uma política energética integrada, o que faz com que também dependa bastante da Rússia. Esta tem necessidade de reafirmar o seu poder para voltar a assumir uma posição relevante que, contudo, não foi bem sucedida, pela falta de definição económica e política. Estas foram as premissas que acentuaram a construção dos agentes, como refere Alexander Wendt, e conduziram ao discurso utilizado pela UE e pela Rússia (Wendt, A., 1999). A componente discursiva foi relevante ao longo da dissertação, de modo a compreender as linhas de acção de cada Estado que, perante determinados interesses, construíram, em *continuum*, as suas identidades. Isto denotou-se nos

casos da UE, através de um discurso de cooperação e necessidade de estabelecer uma parceria estratégica, e no caso da Rússia, pelo discurso forte e coeso alternado com um discurso de necessidade de estratégia, que se verifica no segundo e terceiro capítulos.

A utilização da energia como forma de obter influência e reafirmação do poder enquanto actor dinâmico foi da autoria da Rússia, tendo como objectivo tornar-se independente e ameaçar os restantes actores. Ao pretender isso, a UE procurou diversificar a energia, estabelecendo acordos energéticos com outros países. O comportamento da Rússia com a UE, relativamente à questão energética, foi definido como “hard power”, pela acção directa que exerceu sobre esta. O exemplo dado sobre a UE evidenciou a actuação de “soft power” europeu, que perante a dependência russa procura novas alternativas de gás, mencionado no capítulo anterior.

Perante o contexto vivido pela Rússia no sistema internacional, toda esta evolução que criou impacto ao nível externo, repercutiu-se no receio de determinados actores que viram a sua segurança ameaçada como foi o caso da UE, relativamente aos cortes energéticos russos de 2006. Este foi um claro meio de utilização da energia para concretizar os seus objectivos, nomeadamente o de fazer com que a Rússia se elevasse à categoria de potência desenvolvida e fazer com que a UE dependesse unicamente da energia russa.

Ao longo do trabalho académico, o objectivo foi o de demonstrar que perante um contexto de fortes perdas por parte da Rússia, esta tornou-se

claramente determinada em aumentar o seu poder, e o facto de instrumentalizar a energia, isto é, fazer uso da energia como meio para atingir os seus fins, acabou por criar insegurança ao nível regional dos Estados envolventes: os que dependem fortemente da energia russa. Todavia, este meio persuasivo russo demonstrou, também, o seu lado fraco. No que respeita às questões energéticas a Rússia tem poder, e consegue fazer com que a UE dependa numa percentagem significativa do gás natural russo.

São claras as condicionantes russas em transformar-se numa potência poderosa como a China ou os EUA, na medida em que, económica e militarmente, a Rússia é a mais fraca. Os seus cortes energéticos surgiram de forma a ameaçarem a segurança regional de alguns Estados.

É, por isso, patente que o esforço russo para se manter com uma posição cada vez mais firme tem deixado muito a desejar. A Rússia tem sobrevivido no contexto internacional pela forma como tem persuadido os restantes Estados. Assim, este estudo de caso pretendeu defender a ideia de que a Rússia tem uma forte política energética que influencia a segurança regional dos países dependentes do seu poderio energético, e usa esta influência para demonstrar que tem poder sobre os restantes Estados. Contudo, não assume uma posição relevante ao nível mundial, dadas as suas fraquezas económicas, políticas e sociais, através da falta de definição da política interna e dependência económica face à UE, que têm condicionado a Rússia na cena internacional.

Anexos

Anexo I

BTC Project¹³



¹³ Consultado a 20 de Junho de 2011, disponível em http://www.ebrd.com/pages/project/eia/esia_geo.pdf

Anexo II

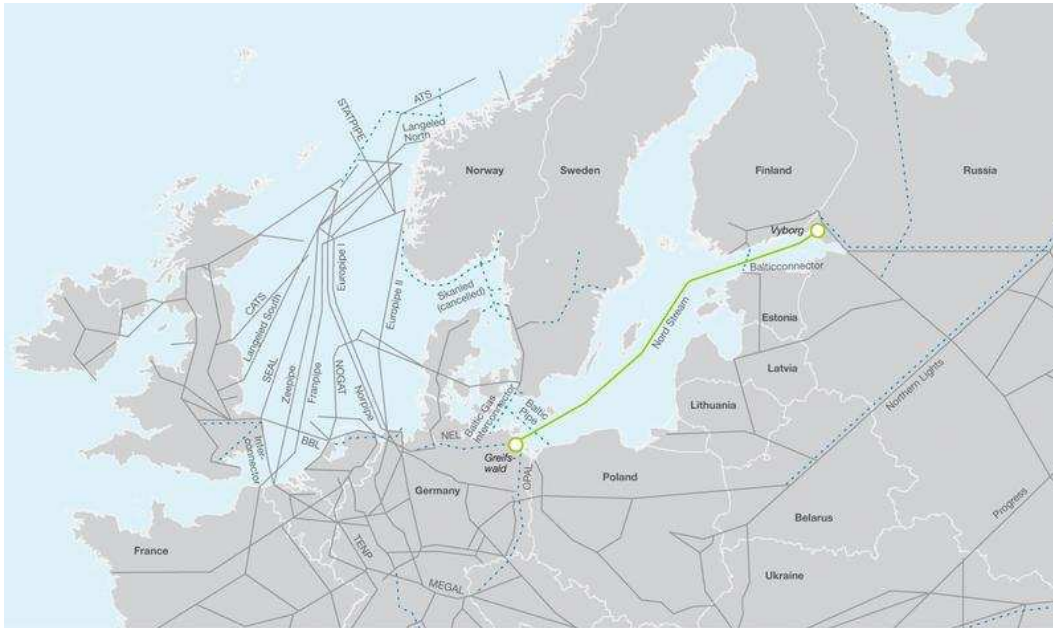
Mapa do pipeline de Nabucco¹⁴



¹⁴ Consultado a 20 de Junho de 2011, disponível em <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,4484339,00.html>

Anexo III

Mapa do Gasoduto de Nord Stream¹⁵



¹⁵ Consultado a 20 de Junho de 2011, disponível em <http://geopoliticaopetroleo.wordpress.com/2010/04/09/nord-stream-%e2%80%9cthe-first-three-kilometres-are-laid/nord-stream-and-other-pipelines-click-to-enlarge/>

Anexo IV

Mapa do Gasoduto Bakou-Tbilisi-Erzurum¹⁶



¹⁶ Consultado a 20 de Junho de 2011, disponível em http://search.babylon.com/imageres.php?iu=http://www.reporter.am/images/StandardImage/090206_054920259_Nabucco.jpg&ir=http://www.reporter.am/index.cfm?furl=/go/article/2009-02-05-is-there-a-place-for-armenia-in-regional-energy-projects&pg=2&ig=http://images.google.com/images?q=fbn:ANd9GcRiaMhJIOIkpsKC4mTC43aV6-kf3Mbppj-pk3NNlwAK9KS2h7SNBkWxjD32:www.reporter.am/images/StandardImage/090206_054920259_Nabucco.jpg&h=311&w=470&q=Bakou-Tbilisi-Erzurum&babsrc=HP_ss

Anexo V

Mapa do Gasoduto Yamal¹⁷



¹⁷ Consultado a 20 de Junho de 2011, disponível em http://www.gazprom.com/f/posts/90/771307/map_1.jpg

Bibliografia

Agata, Wierzbowska M. (2001), *The Republic of Belarus or the Belarussian republic?* Varsóvia: Centre for Eastern Studies

Baumann, Florian (2008), “Energy Security as Multidimensional Concept”, CAP.

Barnet, Michael. *Social Constructivism. In The Globalization of World Politics* John Baylis e Steve Smith (orgs.). Oxford, OUP, 2001.

Barysch, Katinka, 2004: *The EU and Russia – Strategic Partners or Squabbling Neighbours?* London: Centre for European Research.

Bennett, Christopher, (2003), “Criar parcerias eficazes”, Notícias da OTAN.

Brzezinski, Zbigniew, (1997), *A Geostrategy for Eurasia*, Published by the Council of Foreign Relations, Foreign Affairs.

BTC Project ESA, (2002), *The need for the Project*, disponível em http://www.ebrd.com/pages/project/eia/esia_geo.pdf Consultado a 20 de Maio de 2010.

Caneva, Sílvia, (2011), *EU-Russia relations: Lack of Unity in the Union*, International Relations.

Canêdo, Sílvia, (2006), *Avanços na segurança energética europeia*, PUC Minas, disponível em http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060622113152.pdf?PHPSESSID=fe4afa136a55d00069daa8a77a387adc Consultado a 20 de Maio de 2010.

Colin Wight, *Agents, Structures and International Relations: politics as ontology*, Cambridge studies in International Relations, 2006.

Comissão Europeia, (2009), *A Rússia e a Ucrânia não restabeleceram o abastecimento de gás à UE*, disponível em http://ec.europa.eu/news/energy/090115_1_pt.htm Consultado a 20 de Maio de 2010.

Comissão Europeia, (2011), “EU – Russia Energy dialogue”, Brussels.

Comissão Europeia, (2006), *Energia para o nosso futuro: a Comissão Europeia apresenta a sua perspectiva para uma estratégia europeia para a energia*”, disponível em http://ec.europa.eu/energy/strategies/2006/2006_03_green_paper_energy_en.htm Consultado a 20 de Maio de 2010.

Chossudovsky, Michel, (2011), *A guerra ao Líbano e a batalha pelo petróleo*, disponível em <http://www.globalresearch.ca/PrintArticle.php?articleId=24657> Consultado a 20 de Maio de 2010.

Cravinho, João Gomes (2002), *Visões do Mundo, As relações internacionais e o mundo contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Dimas, (2008), *Environmental Aspects of the "Nordstream Pipeline*, disponível em <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/08/43> Consultado a 20 de Maio de 2010.

Direcção Geral de Energia e Geologia, *Carta da Energia*, disponível em: http://www.dgge.pt/aaaDefault.aspx?f=1&js=0&codigono=676867706917AAAA_AAAAAAA Consultado a 20 de Maio de 2010.

Energy Charter, (2008), *EU-Russia Summit: Building Partnership through Dialogue*, disponível em http://www.encharter.org/index.php?id=59&id_article=163&L=0 Consultado a 20 de Maio de 2010.

Euractiv, (2009), *Putin warns EU over Ukraine pipeline deal*, disponível em <http://www.euractiv.com/en/energy/putin-warns-eu-ukraine-pipeline-deal/article-180577> Consultado a 20 de Maio de 2010.

Eur-Lex, (2006), *Green Paper on energy policy*, disponível em http://eur-lex.europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexplus!prod!DocNumber&type_doc=COMfinal&an_doc=2006&nu_doc=105&lg=en Consultado a 20 de Maio de 2010.

Eur-Lex, (1998), *Acta final da Conferência da Carta Europeia da Energia*, disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:21994A1231%2851%29:P:T:HTML> Consultado a 20 de Maio de 2010.

Euronews, (2011), *Comissão Europeia: Gás*, disponível em <http://pt.euronews.net/2010/05/14/gunther-oettinger-a-questao-do-nabucco-sera-decidida-ate-ao-final-do-ano/> Consultado a 20 de Maio de 2010.

Euronews, (2011), *A Europa começa a negociar parceria com a Líbia*, disponível em <http://pt.euronews.net/2008/11/13/eu-formalising-friendship-with-oil-rich-libya/> Consultado a 20 de Maio de 2010.

European Gas Conference, (2011), *Understanding the role of the Energy Charter in 2011: Protecting Investment, Securing Transit and Providing International Arbitration*, disponível em http://www.encharter.org/fileadmin/user_upload/SG_s_speeches/SG_-_European_Gas_Conference_27_Jan_2011.pdf

Eurostat, (2007), *Remittance flows to and from the EU*, disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-RA-07-025/EN/KS-RA-07-025-EN.PDF Consultado a 20 de Maio de 2010.

Expresso, (2009), UE/Rússia: Cimeira assinala divergências na questão energética”.

Fernandes, Sandra Dias, (2009), *Decifrar a potência russa*, disponível em: http://www.google.pt/#hl=pt-PT&xhr=t&q=sandra+dias+fernandes+decifrar&cp=30&pf=p&scient=psy&site=&source=hp&rlz=1R2SKPT_pt-PTPT414&aq=f&aqi=&aql=&oq=sandra+dias+fernandes+decifrar&pbx=1&fp=938bc32d641db1da Consultado a 20 de Maio de 2010.

Freire, Maria, (2010), *Ásia Central: o regresso do ‘Eurasianismo’ às políticas russas*, disponível em <http://utopico.blogs.sapo.pt/105441.html> Consultado a 20 de Junho de 2010.

Freire, Maria Raquel e Sakwa, Richard, (2006), *Rússia: os dilemas da transição*, Revista de Relações Internacionais.

Frickeinstein, Ten-Cel, (2010), *O Ressurgimento do interesse da Rússia na Ásia Central*, disponível em http://www.airpower.au.af.mil/apjinternational/apjip/2010/2010-3/2010_3_06_frickeinstein_p.pdf Consultado a 20 de Maio de 2010.

Gazprom, (2003), *About Gazprom*, disponível em <http://www.gazprom.com/about/> Consultado a 20 de Junho de 2010.

Gazprom, (2010), *Alexey Miller's Speech at Press Briefing, 11th Annual General Meeting*, disponível em <http://www.gazprom.com/press/miller-journal/speech/speech100608/> Consultado a 25 de Maio de 2010.

Gomart, (2008), *EU – Russia relations: toward a way out of depression*, CSIS, disponível em http://www.ifri.org/files/Russie/Gomart_EU_Russia.pdf Consultado a 20 de Maio de 2010.

Gorjão, Paulo, (2011), “Russia – EU”, IPRIS Digest.

Gromadzki, Grzegorz, 2005: “Poland Between East and West”. In Knudsen, Olaf F. ed: *Russia and the New Europe: Borderlands and Integration.*: Conference Papers 37. Stockholm: Swedish Institute of International Affairs.

Green Paper, (2011), *Dos Desafios às Oportunidades: Para um Quadro Estratégico Comum de Financiamento da Investigação e Inovação da UE*, disponível em http://ec.europa.eu/research/horizon2020/pdf/com_2011_0048_csf_green_paper_pt.pdf#view=fit&pagemode=none Consultado a 25 de Maio de 2010.

Helsinki European Council, (1999), disponível em http://www.europarl.europa.eu/summits/hell_en.htm#b Consultado a 20 de Maio de 2010.

Henriques, João, (2003) “A História do petróleo”, disponível em http://www.clubeinvest.com/bolsa/show_futures_technical_analysis.php?id=148 Consultado a 20 de Maio de 2010.

Hughes, James, (2006), *EU relations with Russia: partnership or asymmetric interdependency?* disponível em <http://eprints.lse.ac.uk/651/1/Hughes.EU-Russia.2006.pdf> Consultado a 20 de Maio de 2010.

International Energy Agency, 2009, disponível em <http://www.worldenergyoutlook.org/docs/weo1999.pdf> Consultado a 20 de Maio de 2010.

James der Derian, *International Theory: critical investigations*, Macmillan Press LTD, 1995, pp. 129.

João Pontes Nogueira e Nizar Messari, *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*, Campus editora, 2005.

Kakachia, Kornely, (2008), *A Guerra dos Cinco Dias*, Relações Internacionais, disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n20/n20a03.pdf> Consultado a 20 de Maio de 2010.

Karen A. Mingst “Essentials of International Relations” fourth edition, 2008.

Ledonne, John, (1997), *The Russian empire and the world*, Oxford University Press, London.

Leonard, Mark et al., (2007), “A Power Audit of EU – Russia relations”, European Council on Foreign Relations.

Mandelson, Peter, (2007), *The EU and Russia: our joint political challenge*, disponível em http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2007/april/tradoc_134524.pdf Consultado a 20 de Maio de 2010.

Manners, Ian, (2002), “Normative Power Europe: A Contradiction in Terms?”. *Journal of Common Market Studies*. Vol 40. Nr 2. pp. 235-58.

Martinsen, Dahl K. (2002), “The Russian Takeover of Belarus”. *Comparative Strategy*, 21.

MaximsNews Network, (2007), *ECFR: European Council on Foreign Relations*, disponível em: <http://www.maximsnews.com/news20080731russiaforeignpolicyconcept10807311601.htm> Consultado a 20 de Maio de 2010.

Medvedev, (2008), *Speech at Meeting with German Political, Parliamentary and Civic Leaders* disponível em http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2008/06/05/2203_type82912type82914type84779_202153.shtml Consultado a 20 de Maio de 2010.

Milhazes, José, (2008), *Da Rússia: Iuschenko pede apoio para juntar seu país à NATO*, disponível em <http://darussia.blogspot.com/2008/06/iuschenko-pede-apoio-para-juntar-seu.html> Consultado a 20 de Maio de 2010.

Milhazes, José, (2009), *Rússia anuncia retirada da sua assinatura da Carta Energética*, Da Rússia, disponível em <http://darussia.blogspot.com/2009/04/russia-anuncia-retirada-de-sua.html> Consultado a 20 de Maio de 2010.

Ministry of Energy of the Russian Federation, (2003), *The Summary of the Energy Strategy of Russia for the Period of Up to 2020*, Moscovo, disponível em http://ec.europa.eu/energy/russia/events/doc/2003_strategy_2020_en.pdf Consultado a 20 de Maio de 2010.

Nabucco: gas pipeline, *The project*, disponível em: <http://www.nabucco-pipeline.com/portal/page/portal/en> Consultado a 20 de Maio de 2010.

Nabuco Pipeline, (2010), *EU-Commissioner Oettinger: Nabucco – symbol of a new partnership*, disponível em http://www.nabucco-pipeline.com/portal/page/portal/en/press/NewsText?p_item_id=9FD6CCAFB7F05F7EE040A8C0020122FD Consultado a 20 de Maio de 2010.

Nadkarni, Isabel, (2011) Parlamento Europeu, *Sessão Plenária: Relações UE – Líbia, eurodeputados impõem condições para celebração do acordo*. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/pt/pressroom/content/20110120IPR12101/html/Rela%C3%A7%C3%B5es-UE-L%C3%ADbia-eurodeputados-imp%C3%B5em-condi%C3%A7%C3%B5es-para-celebra%C3%A7%C3%A3o-de-acordo> Consultado a 20 de Maio de 2010.

New Europe, (2008), *EU – Russia energy, trade carries a heavy weight*, disponível em <http://www.neurope.eu/images/issues/797.pdf> Consultado a 25 de Maio de 2010.

Nord Stream: The new gas supply for Europe, *The EU Russia Cooperation*, disponível em: <http://www.nord-stream.com/en/the-pipeline/project-significance/eu-russian-cooperation.html> Consultado a 20 de Maio de 2010.

Nye, Joseph, (2010), *The Future of Power*, Washington.

Oettinger, Gunther, (2010), *Georgia Energy Investment Conference*, disponível em http://www.eugbc.net/files/3_214_610808_WelcomeSpeech-CommissionerOettinger.pdf Consultado a 20 de Maio de 2010.

Oettinger, Gunther, (2010), “Keynote speech given at the EU Russia 10th anniversary high level conference EU-Russia Permanent Partnership Council for Energy”, Brussels.

Oettinger, Gunther, (2011), “Speech of Commissioner Oettinger at the South Stream event”, Brussels.

Oettinger, Gunther, (2011), *Speech of Commissioner Oettinger at the South Stream event*, disponível em http://eeas.europa.eu/delegations/russia/documents/news/20110525_en.pdf Consultado a 20 de Maio de 2010.

Renovare, (2007), *Guia de boas práticas de medidas de utilização racional de energia (URE) e energias renováveis (ER)*, disponível em http://efinerg.aeportugal.pt/Areas/Projecto/Documentos/Guia_URE_FER_RENOVARE.pdf Consultado a 20 de Maio de 2010.

Paillard, Alexandre, (2010), “Rethinking Russia: Russia and Europe’s Mutual Energy Dependence”, *Journal of International Affairs*.

PCA, (1997), *Agreement on partnership and cooperation establishing a partnership between the European Communities and their Member States, of one part, and the Russian Federation, of the other part - Protocol 1 on the establishment of a coal and steel contact group - Protocol 2 on mutual administrative assistance for the correct application of customs legislation - Final Act - Exchanges of letters - Minutes of signing*, disponível em http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2003/november/tradoc_114138.pdf Consultado a 20 de Maio de 2010.

Putin, Vladimir, (2007), “Vive la dialogue Europe – Russie!” *Le Monde*.

Rahr, Alexander (2007), *Germany and Russia: A Special Relationship*, *The Washington Quarterly*, 30.

RFL/RE, (2010), *Russia Launches Full-Court Press For Energy Projects In Europe*, disponível em http://www.rferl.org/content/Russia_Launches_FullCourt_Press_For_Energy_Projects_In_Europe/2026919.html Consultado a 20 de Maio de 2010.

RFL/RE, (2010), *Gazprom Says South Stream To Cost \$2 Bln*, disponível em http://www.rferl.org/content/gazprom_south_stream_cost/2235213.html Consultado a 20 de Maio de 2010.

RFL/RE, (2000), *EU: Brussels Faulted for Lacking Vision in Former Soviet Union*, disponível em <http://www.rferl.org/content/article/1094637.html> Consultado a 20 de Maio de 2010.

Rocha, António Ramalho, (2002), *Relações Internacionais: Teorias e Agendas*, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.

Rouse, Joseph, (1952), *Engaging science: how to understand its practices philosophically*, Cornell University Press, 1996.

Salatiel, José, (s.d.), *Guerra do Gás: Moscou pune calote de vizinho e afeta toda Europa*, disponível em <http://educacao.uol.com.br/atualidades/guerra-do-gas-moscou-pune-calote-de-vizinho-e-afeta-toda-europa.jhtm> Consultado a 20 de Maio de 2010.

Shamtko, Sergey, (2010), *Opening words by Minister of Energy of the Russian Federation Sergey Ivanovich Shmatko at the Anniversary Conference of the EU-Russia Energy Dialogue in Brussels*, disponível em http://ec.europa.eu/energy/international/events/doc/2010_11_22_eu_russia_anniversary_speech_shmatko_en.pdf Consultado a 20 de Maio de 2010.

Shevtsova, Lilia, (2007), *Russia: Lost in transition- The Yeltsin and Putin legacies*, Washington: Carnegie Endowment for International Peace.

Schuette, Rolf, (2004) *EU-Russia Relations: Interests and Values – A European Perspective*. Carnegie Papers.

Smith, C., Keith, (2006), *Security Implications of Russian Energy Policies*, Centre for European Policy Studies, Washington D.C.

Soric, Miodrag, (2009), *Opinião: Briga entre Rússia e Ucrânia esconde jogo de poder*, disponível em <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,3916750,00.html> Consultado a 20 de Maio de 2010.

South Stream: Europe's energy security, *Route*, disponível em: <http://south-stream.info/?L=1> Consultado a 20 de Junho de 2010.

Speech of president Sarkozy before European Parliament 2008 disponível em <http://ambafrance-in.org/spip.php?article4369> Consultado a 20 de Maio de 2010.

Thomas, Ilgen L., (2006), *Hard power, soft power and the future of transatlantic relations*, Ashgate Publishing, Ltd.

Tratado da Carta da Energia, (1998), disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1998:069:0026:0090:PT:PDF> Consultado a 20 de Maio de 2010.

Tsygankov, Andrei P., (2006), *Russia's Foreign Policy, Change and continuity in national identity*, Rowman & Littlefield Publishers, INC.

Waltz, Kenneth, (2001), *Man The state and war*, Columbia University Press.

Weafer, Chris, (2007), “Os esforços de Putin nos últimos anos”, Um Mundo a Ganhar, Serviço Noticioso.

Wendt, Alexander, *Social theory of International Politics*, Cambridge Studies in International Relations Cambridge University Press, 1999, pp. 84.

Wendt, Alexander, (1992), Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, 46.

Yelstin, (1998), *Russia Place and role in the period of multipolar world formation*, speech, Washintgon D.C., disponível em http://www.bits.de/NRANEU/EuropeanSecurity/Yeltsin_12May1998.htm
Consultado a 20 de Maio de 2010.